



LUSITANIA

SEGUROS

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÕES GERAIS (MOD. 105 - 2014.05)

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CONDIÇÃO ESPECIAL 001 - FAMILIAR (MOD. 105.01 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 002 - PROPRIETÁRIO IMÓVEIS (MOD.105.02 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 003 - ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (MOD.105.03 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 004 - CONSTRUÇÃO CIVIL (MOD.105.04 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 005 - GADO (MOD.105.05 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 007 - AUTOMÓVEIS, SALÕES VENDAS, OFICINAS REPARAÇÃO E ESTAÇÕES SERVIÇO (MOD.105.07 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 008 - CÂMARAS MUNICIPAIS (MOD.105.08 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 009 - MÉDICOS (MOD.105.09 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 010 - ADVOGADOS (MOD.105.10 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 011 - ENFERMEIROS (MOD.105.11 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 012- FOGO ARTIFÍCIO, FOGUETES E MORTEIROS (QUEIMA E LANÇAMENTO) (MOD.105.12 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 014 - ARQUITECTOS (MOD.105.14 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 015 - ENGENHEIROS (MOD.105.15 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 016 - ENGENHEIROS/PROJECTISTAS (MOD.105.16 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 019 - NOTÁRIOS (MOD.105.19 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 020 - JUNTAS DE FREGUESIA (MOD.105.20 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 021 - UTILIZAÇÃO EXPLOSIVOS (MOD.105.21 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 023 – SOLICITADORES (MOD.105.23 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 024 - PROFESSORES EDUCAÇÃO FÍSICA E AFINS (MOD.105.24 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 026 - HOSPITAIS (MOD.105.26 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 027 - EMPREGADOR (MOD.105.27 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 028 - CLÍNICAS (MOD.105.28 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 029 - COBERTURA DE ACIDENTES PESSOAIS (MOD.105.29 - 2014.05)

CONDIÇÃO ESPECIAL 030 - ASSISTÊNCIA EM VIAGEM (MOD.105.30 - 2014.05)

CLÁUSULAS ESPECIAIS

CLÁUSULA ESPECIAL 001- MÁQUINAS EM LABORAÇÃO (MOD.105.42 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - ABATE, ARRANQUE E CORTE DE ÁRVORES (MOD.105.30 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - ACTIVIDADES INSTALAÇÃO, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO
(MOD.105.05 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - CABELEIREIROS E SALÕES DE BELEZA (MOD.105.41 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - CRUZADA (MOD.105.34 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - EMPRESAS LIMPEZA (MOD.105.38 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - EMPRESAS TRABALHO TEMPORÁRIO (MOD.105.39 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - ESPECTÁCULOS (MOD.105.37 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (MOD.105.40 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - INDÚSTRIA HOTELEIRA (HOTÉIS E SIMILARES, REST. BARES, RESIDENCIAIS E CAFETARIAS) (MOD.105.35 - 2014.05)

CLÁUSULA ESPECIAL - POLUIÇÃO SÚBITA E ACIDENTAL (MOD.105.32 - 2014.05)

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÕES GERAIS

* * *

CLÁUSULA PRELIMINAR

1- Entre a Lusitania, Companhia de Seguros S.A., adiante designada por segurador, e o tomador do seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais e pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.

2- A individualização do presente contrato é efectuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respectivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respectivo cálculo.

3- As Condições Especiais prevêem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.

4- Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a Apólice), as mensagens publicitárias concretas e objectivas que contrariem cláusulas da Apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.

5- Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

Definições, objecto e garantias do contrato

Cláusula 1ª

Definições

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

a) *Apólice*, conjunto de condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado;

b) *Segurador*, a entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato;

c) *Tomador do seguro*, a pessoa ou entidade que contrata com o segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio;

d) *Segurado*, a pessoa ou entidade cuja responsabilidade civil extracontratual se garanta titular do interesse seguro;

e) *Terceiro*, aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano susceptível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado;

f) *Instalações do segurado*, o conjunto de bens imóveis nos quais se desenvolve a actividade do segurado, tais como edifícios ou as suas fracções, terrenos, recintos abertos ou fechados, pavilhões, depósitos e ainda o conjunto dos bens móveis que compõem o respectivo recheio. Consideram-se, ainda, integrantes das instalações do segurado, as tabuletas, anúncios luminosos ou toldos que estejam montados nos referidos imóveis;

g) *Sinistro*, a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o accionamento da cobertura do risco prevista no contrato;

h) *Evento*, acontecimento ou serie de acontecimentos danosos, involuntários, fortuitos e inesperados resultantes de uma mesma causa e susceptíveis de desencadear um sinistro.

i) *Lesão corporal*, ofensa que afecte a saúde física ou mental, causando um dano;

j) *Lesão material*, ofensa que afecte qualquer bem móvel, imóvel ou animal, causando um dano;

k) *Dano patrimonial*, prejuízo que, sendo susceptível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indemnizado;

l) *Dano não patrimonial*, prejuízo que, não sendo susceptível de avaliação pecuniária, deve, no entanto, ser compensado através do cumprimento de uma obrigação pecuniária;

m) *Franquia*, valor da regularização do sinistro nos termos do contrato de seguro que não fica a cargo do segurador.

n) *Empregado*, fica abrangida nesta designação, qualquer pessoa:

(i) Vinculada ao segurado por um contrato de prestação de serviços ou de aprendizagem;

(ii) Contratada a prazo somente para trabalhos de subemprego;

(iii) A trabalhar por conta própria;

(iv) Cedida por qualquer autoridade pública, firma ou companhia, enquanto estiver directamente sob o controle e supervisão do segurado e no exercício da actividade expressamente referida nas Condições Particulares desta Apólice.

o) *Actividade*, actividade comercial industrial, profissional ou de prestação de serviços, exercida pelo segurado dentro do âmbito territorial estabelecido, tudo de acordo com as declarações constantes das Condições Particulares ou das disposições exaradas nas Condições Especiais desta Apólice.

p) *Capital seguro*, valor máximo pelo qual o segurador responderá em caso de sinistro, conforme disposições consignadas na Cláusula 20ª destas Condições Gerais.

Cláusula 2ª **Objecto do contrato**

O presente contrato garante a responsabilidade civil extracontratual que, ao abrigo da lei civil, seja imputável ao segurado na qualidade ou no exercício da actividade expressamente referida nas Condições Especiais e Particulares da Apólice.

Cláusula 3ª **Garantias do contrato**

O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que posam legalmente recair sobre o segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, directa e exclusivamente decorrentes de lesões corporais e/ou materiais involuntária, fortuita e inesperadamente causadas a terceiros em consequência de actos ou omissões do segurado, bem como dos seus empregados, assalariados ou mandatários, no exercício da actividade ou na qualidade expressamente referida nas Condições Especiais e Particulares da Apólice.

Cláusula 4ª **Âmbito territorial e temporal**

1- Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

2- O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis, e reclamados até ao prazo máximo de 12 meses após o seu termo.

Cláusula 5ª **Exclusões**

1- O presente contrato nunca garante os danos:

a) Os acidentes devidos a actos de guerra, declarada ou não, hostilidades ou operações bélicas, insurreição, poder militar ou civil usurpado ou tentativa de usurpação do poder, actos terrorismo, vandalismo, maliciosos, sabotagem, greves, tumultos e "lock-out";

b) Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal, contra-ordenacional ou disciplinar;

c) Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro de responsabilidade civil automóvel;

d) Decorrentes, directa ou indirectamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioactividade, bem como os resultantes de exposição a campos electromagnéticos;

e) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do segurado, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável ou não na legislação de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais;

f) Causados a quaisquer pessoas singulares ou colectivas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, ou equiparado, ascendentes e descendentes, adoptados e tutelados ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

g) Resultantes do incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações de qualquer natureza, emergentes de acordo ou contrato celebrado pelo segurado, excepto no caso de se tratar de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

h) Decorrentes de actos causados por quem acuse consumo de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos, ou por quem apresente taxa de alcoolémia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue ou por quem se encontre em estado de demência;

i) Actos de calúnia, difamação e outros actos de natureza semelhante;

j)

i) De doenças contagiosas ou transmissíveis, incluindo o HIV e as variações, modificações

ou mutações do mesmo em relação com a aquisição ou transmissão do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA);

ii) Derivadas, relacionadas ou causadas pelo amianto, chumbo ou derivados destes produtos;

k) Originados por causas de força maior, nomeadamente os associados a fenómenos sísmicos, tempestades, inundações, ciclones, tornados, furações e outros fenómenos naturais;

l) Genéticos causados a pessoas ou animais;

m) Resultantes da não observância pelo segurado, e por pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por esta apólice, de leis, regulamentos ou normas técnicas ou de segurança, genericamente aplicáveis à actividade do segurado expressamente mencionada nas Condições Particulares;

2- Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Especiais e Condições Particulares e sem prejuízo de outras exclusões nelas constantes, o presente contrato não garante também os danos:

a) Que devam ser cobertos por um seguro obrigatório de responsabilidade civil;

b)

i) Da posse ou uso por ou da parte do segurado de veículos, aeronaves, embarcações ou outros meios de locomoção ou de transporte terrestre, aéreo e aquático, equipados ou não com motor, bem como pelos objectos por eles transportados;

ii) De deficiente acostagem ou atracação dos meios de transporte constantes da alínea anterior;



c) Resultantes de fabrico, armazenamento, utilização, transporte, entrega e fornecimento de armas, munições e quaisquer materiais ou substâncias explosivas;

d) Consequenciais indirectos de qualquer natureza, ou seja os danos que não sejam consequência imediata e directa do acto ou omissão do segurado sofridos por terceiros que decorram de facto que implique responsabilidade civil extracontratual do segurado;

e) Resultantes de furto ou roubo, incêndio e/ou explosão;

f) De natureza material, causados a bens dos empregados, assalariados ou mandatários do segurado;

g) Causados a bens ou valores, seja qual for a sua natureza, de terceiros que estejam confiados ao segurado ou a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por esta Apólice para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

h) Causados pelo segurado, ou por qualquer pessoa cuja responsabilidade esteja garantida por esta Apólice, por obras, trabalhos, projetos, planos, fórmulas, conselhos e outros serviços realizados a título profissional, bem como produtos e embalagens produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado;

i) Qualquer reclamação relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais baseada na Directiva n.º 2004/35/CE, assim como a sua transposição para o ordenamento jurídico nacional;

j) Decorrentes de intoxicação alimentar, provocadas por alimentos e/ou bebidas preparadas e servidas nas instalações de restauração, que funcionem na empresa e sejam directamente administradas pelo segurado;

k) Causados por animais que sejam propriedade ou estejam à guarda ou sejam utilizados pelo segurado.

l) Decorrentes de responsabilidade civil profissional;

m) Decorrentes de actos ou omissões dolosas do tomador do seguro, do segurado ou pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis.

CAPÍTULO II

Declaração do risco, inicial e superveniente

Cláusula 6ª

Dever de declaração inicial do risco

1- O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurado.

2- O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3- O segurador que tenha aceite o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta à pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa à questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexacto ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4- O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

Cláusula 7ª

Incumprimento doloso do dever de declaração inicial do risco

1- Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2- Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3- O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4- O segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do segurador ou do seu representante.

5- Em caso de dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Cláusula 8ª

Incumprimento negligente do dever de declaração inicial do risco

1- Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 da cláusula 6.ª, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contra proposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexactamente.

2- O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a recepção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3- No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido *pro rata temporis* atendendo à cobertura havida.

4- Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.



Cláusula 9ª

Agravamento do risco

1– O tomador do seguro ou o segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

2– No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3– A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos dez dias contados da data do seu envio.

Cláusula 10ª

Sinistro e agravamento do risco

1– Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efectuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro

ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efectivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2– Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

Pagamento e alteração dos prémios

Cláusula 11ª

Vencimento dos prémios

1– Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fracção deste, é devido na data da celebração do contrato.

2– As fracções seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas fracções deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3– A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

Cláusula 12ª

Cobertura

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

Cláusula 13ª

Aviso de pagamento dos prémios

1– Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou fracções deste.

2– Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fracção.

3– Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em fracções de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas fracções do prémio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

Cláusula 14ª

Prémios variáveis em função de taxa de ajuste

1– Na situação do contrato estar sujeito a taxa de ajuste, o segurado fica obrigado a comunicar ao segurador, no prazo de sessenta dias após o termo ou data de renovação do contrato, o montante do valor sobre o qual o prémio é calculado.

2– Na falta de comunicação prevista no número anterior, o segurador emitirá recibo de prémio de acerto correspondente a 20% do prémio mínimo de depósito.

3– Se o montante declarado pelo segurado for inferior ao valor real contabilizado, este continua a ser devedor dos

prémios que seriam devidos caso a informação prestada fosse correcta. Caso tenha havido lugar a indemnização por sinistro ocorrido no ano ou anos em causa, o segurado obriga-se a reembolsar o segurador da diferença de indemnizações correspondente à diferença entre o prémio pago e o devido.

Cláusula 15ª

Falta de pagamento dos prémios

1– A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2– A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3– A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- a) Uma fracção do prémio no decurso de uma anuidade;
- b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
- c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

4– O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

5– A cessação do contrato por falta de pagamento do prémio de acerto ou de parte do prémio de montante variável, não exonera o tomador de seguro da obrigação de pagamento do prémio correspondente ao período em que o contrato haja vigorado, acrescido dos juros de mora devidos.



Cláusula 16ª
Alteração do prémio

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efectuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV
Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato

Cláusula 17ª
Início da cobertura e de efeitos

- 1- O dia e hora do início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, atendendo ao previsto na cláusula 12.ª.
- 2- O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

Cláusula 18ª
Duração

- 1- O contrato indica a sua duração, podendo ser por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
- 2- Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
- 3- A prorrogação prevista no n.º 1 não se efectua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência mínima em relação à data da prorrogação ou se o tomador do seguro não proceder ao pagamento do prémio.
- 4- A presente apólice caduca na data em que o segurado deixe de estar legalmente habilitado para o exercício da sua actividade, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, *pro rata temporis*, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.

Cláusula 19ª
Resolução do contrato

- 1- O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
- 2- O segurador pode invocar a ocorrência de uma sucessão de sinistros como causa relevante para o efeito previsto no número anterior, excepto se trate de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- 3- O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
- 4- A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.
- 5- Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, o segurador deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.
- 6- A declaração de resolução do contrato com base em justa causa produz efeitos decorridos trinta dias contados da data do seu envio.
- 7- Existindo documentação que comprove ou consubstancie a justa causa de anulação invocada, deverá a mesma ser junta à declaração de resolução para que esta seja eficaz.

CAPÍTULO V
Prestação principal do segurador

Cláusula 20ª
Limites da prestação

1– A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da Apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2– Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3– Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

Cláusula 21ª
Franquia

1– Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2– Compete ao segurador, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

Cláusula 22ª
Insuficiência do capital

1– Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra o segurador reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2– O segurador que, de boa fé e por desconhecimento de outras pretensões, efectuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do

outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

Cláusula 23ª
Pluralidade de seguros

1– Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2– A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respectiva prestação.

3– O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respectiva prestação.

4– No caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório, o previsto no n.º 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.



CAPÍTULO VI

Obrigações e direitos das partes

Cláusula 24ª

Obrigações do tomador do seguro e do segurado

1– Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2– O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura, se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3– O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

Cláusula 25ª

Obrigações de reembolso pelo segurador das despesas havidas com o afastamento e mitigação do sinistro

1– O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efectuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2– As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3– O valor devido pelo segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efectuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

Cláusula 26ª

Sub-rogação pelo segurador

1– O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelos prejuízos, obrigando-se o segurado a praticar o que necessário for para efectivar esses direitos.

2– O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por acto ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

Cláusula 27ª

Defesa jurídica

1– O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objecto do contrato, suportando os custos daí decorrentes da operação.

2– O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3- Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4- No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5- São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efectuado.

Cláusula 28ª **Obrigações do segurador**

1- O segurador substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à acção directa de terceiros lesados ou respectivos herdeiros.

2- As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efectuadas pelo segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3- O segurador deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4- Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada

ou que seja imputável ao segurador, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respectivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

Cláusula 29ª **Direito de regresso do segurador**

1- Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Actos ou omissões dolosas respectivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infracção às leis e/ou regulamentos da actividade segura;

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) e c) do nº 1 da cláusula 24.ª, nos termos previstos no nº 2 da mesma cláusula;

2- O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPÍTULO VII **Disposições diversas**

Cláusula 30ª **Intervenção de mediador de seguros**

1- Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2- Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3- Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o



seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objectivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

Cláusula 31ª

Comunicações e notificações entre as partes

1– As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta Apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efectuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2– São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta Apólice.

3– As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4– O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efectuadas se remetidas para o respectivo endereço constante da Apólice.

Cláusula 32ª

Lei aplicável, reclamações e arbitragem

1– A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.

2– Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do segurador identificados no contrato e, bem assim, ao Instituto de Seguros de Portugal (www.isp.pt).

3– Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efectuar nos termos da lei.

Cláusula 33ª

Foro

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 001

Familiar

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da Apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª *Definições*

a) *Segurado*, a pessoa singular, de acordo com a definição constante na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice e as seguintes pessoas que com ela coabitam permanentemente em regime de economia doméstica:

- cônjuge ou a pessoa legalmente equiparada;
- parentes ou afins em linha directa e até ao 2º grau da linha colateral;
- adoptados, tutelados e curatelados;
- empregados domésticos.

Ficam, também, abrangidos nesta designação, os empregados domésticos do segurado que não façam parte do agregado familiar acima referido quando se encontrem ao seu serviço e no exercício das suas funções na residência habitual do segurado mencionada nas Condições Particulares.

b) *Animais domésticos*, cães, gatos e pássaros pertencentes ao segurado e que façam parte do conteúdo da sua residência habitual, desde que não estejam excluídos na Cláusula 3ª destas Condições Especiais.

Cláusula 2ª *Objecto e âmbito do contrato*

1- De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que

sejam exigíveis ao segurado, exclusivamente no âmbito da sua vida familiar, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros, incluindo os provocados por animais domésticos desde que estes se encontrem sob a sua vigilância e controlo directos do segurado.

2- Esta cobertura só é válida em Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Cláusula 3ª *Exclusões específicas*

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, salvo convenção em contrário nas Condições Particulares, garantidos por esta Condição Especial, os danos:

a) Decorrentes da prática amadora de:

(i) Desportos denominados radicais, tais como, “surf”, “body board”, “parapent”, “skates”, “rappel” e similares;

(ii) Outros desportos ou actividades de natureza perigosa tais como alpinismo, montanhismo, motonáutica, caça submarina, espeleologia, voo planado, pára-quedismo, tauromaquia e boxe;

(iii) Artes marciais, tais como, karaté, judo e outros similares;

(iv) Desportos de inverno.

b) Decorrentes de posse, arrendamento ou utilização de propriedades urbanas;

c) Causados a bens móveis alugados ou utilizados pelo segurado;

d) Decorrentes da prática de caça com ou sem a participação de cães;

e) Decorrentes de qualquer doença contagiosa que os animais sejam portadores;

f) Causados por animais domésticos durante a participação em competições, concursos e exposições;

g) Causados por cães quando empregues na caça (na ida, durante e no regresso) bem como na detecção de corpos, estupefacientes ou de drogas ou substâncias, mesmo que a título gratuito;

h) Causados, sejam em que circunstâncias forem, por cães das seguintes raças (puras ou cruzadas): pastor alemão, lobo de Alsácia, serra da estrela, “doberman” e outras raças consideradas potencialmente perigosas;

i) Resultantes da violação pelo segurado de leis, regulamentos e disposições camarárias relacionadas com a posse de animais, nomeadamente na sua condução na via pública;

j) Decorrentes do foro da responsabilidade profissional;

k) Causados pelos animais domésticos a outros da mesma espécie.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 002

Proprietário de Imóveis

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Imóvel*, Prédio urbano, ou fracções do mesmo, descrito nas Condições Particulares, totalmente construído de materiais incombustíveis, incluindo elevadores e monta-cargas, bem como os respectivos espaços exteriores tais como: passagens, terraços, pátios, muros e portões, mas excluindo, salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, piscinas, campos de jogos, arrecadações ou depósitos de carvão, lenha, óleo de queima, gás e similares.

b) *Elevadores*, instalação destinada ao transporte de pessoas ou carga entre níveis definidos de serviço numa cabina que se desloca ao longo de guias verticais ou ligeiramente inclinadas sobre a vertical.

c) *Monta-cargas*, elevador destinado exclusivamente ao transporte de carga, e cuja cabine tem dimensões e constituição que impedem ou dificultam o acesso de pessoas.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros, exclusivamente na sua qualidade de proprietário de imóvel, respectivos elevadores

e monta-cargas, conforme descrição constante das condições particulares.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Danos resultantes de actividades desenvolvidas no imóvel que não tenham um vínculo directo e exclusivo com a utilização do mesmo conforme as declarações do segurado constantes das condições particulares;

b) Danos pelos quais a Administração do imóvel tenha de responder quando esta não for exercida pelo segurado;

c) Danos causados ao imóvel;

d) A responsabilidade de empresas a cargo das quais tenha sido entregue a manutenção de elevadores e monta-cargas;

e) A responsabilidade de empresas que tenham a seu cargo o abastecimento e manutenção dos depósitos de óleo, gás e de outros combustíveis;

f) Danos resultantes da inobservância pelo segurado, ou por quem o represente, de disposições legais ou camarárias sobre medidas de conservação e reparação de imóveis;

g) Danos resultantes de notória falta de manutenção do imóvel;

h) Danos devidos a deficiência de isolamento de construção ou de projecto, bem como os resultantes de o imóvel já se encontrar, no

momento da ocorrência do sinistro, danificado, defeituoso, desmoronado ou deslocado das suas fundações de modo a afectar a sua estabilidade e segurança globais;

i) Desabamento, assentamento, colapso, vício ou defeito de construção do imóvel;

j) Danos resultantes de humidade e insalubridade do imóvel;

k) Danos por inundação ou infiltração resultantes de torneiras ou válvulas de descarga de fluidos mal vedadas ou deixadas abertas.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos nesta Condição Especial:

a) Danos resultantes de execução de obras de remodelação, ampliação ou modificação do imóvel, bem como de trabalhos de manutenção que, pela sua natureza, requeiram a instalação de andaimes ou outras armações similares;

b) Danos causados por depósitos de gás, de óleo de queima e de quaisquer outros combustíveis ou inflamáveis;

c) Danos resultantes da utilização de piscinas, campos de jogos e similares no imóvel;

d) Danos causados pela montagem, manutenção, reparação e remontagem de antenas, instalações de energia solar e eólica, e de refrigeração.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 003

Estabelecimentos Comerciais

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Actividade do segurado*, actividade comercial exercida pelo segurado nas instalações descritas nas Condições Particulares, abrangendo o armazenamento das mercadorias, venda das mesmas aos balcões, e utilização do espaço destinado aos serviços sociais que inclui a confecção de comidas e bebidas pelo segurado com o fim exclusivo de serem fornecidas nas próprias instalações aos seus empregados e eventuais terceiros visitantes. Ficam excluídos desta designação quaisquer trabalhos ou actividades que envolvam fabrico, preparação, montagem, desmontagem e/ou reparação de produtos e mercadorias.

b) *Instalações*, estabelecimento comercial descrito nas Condições Particulares, onde o segurado exerce a sua actividade, compreendendo lojas, serviços administrativos, sociais, e armazéns anexos.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros, ocorridos nas suas instalações e durante o exercício da sua actividade,

tudo de conformidade com as declarações constantes das Condições Particulares.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Danos causados ao imóvel onde se encontram localizadas as instalações do segurado;

b) Danos causados pelas mercadorias fornecidas pelo segurado após a sua entrega aos balcões das instalações;

c) Danos resultantes de qualquer defeito das mercadorias ou produtos fornecidos pelo segurado;

d) Danos resultantes de obras ou trabalhos de conservação, beneficiação, alteração ou reparação das instalações ou do imóvel onde estas se situam, e respectivos acessos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 004

Construção Civil

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente quando no exercício da sua actividade e desde que munida do competente alvará ou de título de registo;

b) *Actividade*, do segurado, construção civil de obras públicas e/ou particulares de acordo com as declarações constantes das Condições Particulares.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros que ocorram exclusivamente:

a) Dentro do prazo estabelecido para a entrega da obra;

b) Na zona delimitada para a condução dos trabalhos directamente relacionados com a obra e com a actividade do segurado;

c) Durante a execução daqueles trabalhos, tudo de harmonia com o exarado nas Condições Particulares.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares.

1– Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) A importância da franquia, cujo montante se encontra nas Condições Particulares e pelo qual o segurado responderá, sempre, em primeiro lugar, em todo e qualquer sinistro;

b) Danos resultantes pela não observância, por parte do segurado ou por pessoa cuja responsabilidade esteja garantida por esta apólice, de disposições legais ou regulamentares, ou de normas técnicas e de segurança previstas para a execução dos trabalhos;

c) Danos causados a cabos eléctricos e telefónicos, colectores, condutas e depósitos de água, gás ou de outras substancias, desde que subterrâneos, a menos que o segurado apresente provas concludentes de se ter previamente certificado da respectiva localização e, através de pedido formulado por escrito às entidades competentes, ter obtido documentos que permitam uma localização exacta dos referidos cabos, condutas, depósitos e colectores existentes na área onde os trabalhos iam decorrer;

d) Danos causados às obras ou instalações objecto dos trabalhos e da actividade do segurado, assim como às partes circundantes das mesmas, respectivas instalações e acessórios que, embora não estando directamente abrangidas pela actividade do segurado, tenham de ser

forçosamente manipuladas na condução e execução dos trabalhos, ou se encontrem de tal forma situadas relativamente às partes da obra que estão a ser directamente trabalhadas pelo segurado que, objectivamente, a actividade deste possa considerar-se como extensiva às mesmas;

e) Danos causados a bens adjacentes às instalações objecto dos trabalhos e da actividade do segurado, pertencentes ao dono da obra;

f) Danos causados a materiais e equipamentos cedidos ao segurado, ou por ele alugados, para execução de trabalhos a seu cargo, ou para o exercício da sua actividade;

g) A responsabilidade civil dos subcontratantes e das empresas que tenham cedido ao segurado os materiais e equipamentos referidos na alínea anterior;

h) A responsabilidade civil que possa resultar da cedência do segurado a terceiros de equipamento por arrendamento, empréstimo, “leasing” ou a qualquer outro título;

i) Fabricação ou fornecimento pelo segurado a terceiros de materiais de construção;

j) Indemnizações resultantes de trabalhos que, pela sua natureza e forma de execução, tenham como consequência inevitável a ocorrência de um sinistro;

k) Despesas efectuadas pelo segurado, ou de sua conta e ordem, para melhoramento de bens pertencentes a terceiros;

l) Despesas efectuadas pelo segurado, ou de sua conta e ordem, para preservação de bens pertencentes a terceiros, a menos que tais despesas tenham sido efectuadas em consequência de um sinistro já ocorrido e indemnizável ao abrigo desta apólice;

m) Danos sobrevindos após a conclusão das obras;

n) Danos resultantes de modificação do nível freático das águas;

o) A supervisão ou direcção de obras ou trabalhos que o segurado não execute, ou que não lhe tenham sido adjudicados;

p) Danos decorrentes de erros ou omissões de projecto;

q) Danos causados a qualquer edifício, estrutura ou terreno, devidos a vibrações, remoção ou enfraquecimento dos seus apoios;

r) A responsabilidade proveniente de conselho técnico ou profissional dado pelo segurado ou por alguém em seu nome;

s) Danos causados a subempreiteiros, a fornecedores e a todas as pessoas ligadas às obras ou instalações objecto dos trabalhos e da actividade do segurado, ou dele participante, bem como aos respectivos equipamentos e veículos;

t) Danos resultantes do uso, armazenamento ou transporte de explosivos.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos nesta Condição Especial:

a) A realização dos trabalhos de construção, reparação ou ampliação de:

(i) Cais, docas, pontões e similares e plataformas “offshore”;

(ii) Aeroportos e heliportos;

(iii) Barragens, açudes, comportas e similares;

(iv) Estradas, pontes, túneis, caminhos de ferro metropolitanos.

b) Demolições e abertura de valas com ou sem o emprego de explosivos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 005

Gado

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da Apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado..

Cláusula 1ª

Definições

- a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente na sua qualidade de proprietário e criador de gado.
- b) *Gado*, reses pertencentes ao segurado, criadas ou adquiridas para serviços agrícolas, nomeadamente bovinos, caprinos e ovinos.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros pelo gado mencionado nas Condições Particulares quando este se encontre sob o directo e exclusivo controlo e vigilância do segurado ou dos seus empregados.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura constem das Condições Particulares,

não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, os danos:

- a) Decorrentes de qualquer doença infecto-contagiosa que o gado seja portador;
- b) Causados a outros animais, pastos, culturas, terrenos, vedações, sebes e vias de comunicação;
- c) Ocorridos durante a participação em exposições, concursos, demonstrações, corridas ou em espectáculos sejam eles que natureza forem;
- d) Ocorridos durante o transporte do gado;
 - (i) Em qualquer veículo terrestre;
 - (ii) Por caminho de ferro;
 - (iii) Por via marítima, fluvial, lacustre e aérea, bem como durante as operações de carga e descarga e transbordo;
- e) Resultantes de violação pelo segurado, ou por qualquer pessoa cuja responsabilidade esteja garantida por esta apólice, de leis, regulamentos e disposições camarárias relacionados com a posse de gado, nomeadamente durante a sua condução em via pública.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 007

*Automóveis, Salões de Vendas, Oficinas de
Reparação e Estações de Serviço*

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª *Definições*

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice na qualidade de proprietária de salões de vendas, oficinas de reparações e estações de serviço de veículos automóveis, exclusivamente quando estiver a exercer a sua actividade.

b) *Veículos automóveis*, automóveis ligeiros, automóveis pesados, motociclos, tractores, reboques, ciclomotores, velocípedes e veículos de três rodas, de acordo com a respectiva classificação constante do Código da Estrada.

c) *Actividade*, exposição, reparação (mecânica, chapa e pintura), lavagem e limpeza de veículos automóveis e respectivo abastecimento de óleos lubrificantes e de combustíveis, de acordo com as declarações constantes das Condições Particulares.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros que ocorram dentro da área circunscrita das instalações onde o segurado

exerce a sua actividade, tudo de conformidade com as declarações constantes das Condições Particulares.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Danos decorrentes de omissões ou deficiências na mão-de-obra;

b) Danos causados à parte ou partes do veículo que estiverem a ser directamente objecto da intervenção do segurado no exercício da actividade;

c) Danos causados por manobras com veículos automóveis conduzidos pelo segurado e pelos seus empregados;

d) Fabricação de veículos automóveis, motores, peças novas e de reposição;

e) Montagem de veículos automóveis novos;

f) Danos causados a objectos ou a carga pertencentes a terceiros clientes do segurado, ou utentes das instalações, deixados dentro dos veículos automóveis, ou fora deles, enquanto estiverem sob a custódia do segurado;

g) Danos causados a antenas, espelhos, acessórios implantados nos tejadilhos dos veículos, saias e ailerons;

h) Danos imputáveis ao transporte, carga e descarga de óleos de lubrificação e de combustíveis;

i) Transfega de combustíveis;

j) Exploração de parques e garagens de estacionamento e recolha de veículos;

k) Paralisação/desvalorização de veículos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 008

Câmaras Municipais

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da Apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente quando no exercício da sua actividade camarária.

Nesta designação ficam abrangidos: o Presidente da Câmara, os vereadores e os funcionários camarários.

b) *Funcionários camarários*, ficam abrangidas nesta designação as pessoas mencionadas na definição de “empregado” constante da cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice;

c) *Actividade camarária*, fica abrangida nesta designação, a propriedade de imóveis e de terrenos ocupados pelo segurado e por estes utilizados exclusivamente na prestação de serviços específicos da autarquia, salvo as limitações e exclusões constantes da cláusula 3ª desta Condição Especial.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurado garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente

causados a terceiros quando no exercício da actividade camarária dentro dos limites do respectivo concelho.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

1- Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) A propriedade de imóveis e terrenos que estejam:

(i) Alugados ou cedidos a título gratuito ou oneroso;

(ii) Desocupados para venda, demolição ou por qualquer outro motivo;

(iii) Ocupados pelo segurado, mas cuja utilização não se encontre circunscrita à actividade camarária.

b) Trabalhos efectuados directamente pelo segurado, ou de sua conta, na qualidade de empreiteiro em obras da seguinte natureza:

(i) Demolições, fundações e escoramentos;

(ii) Abertura de valas para instalação e conservação de águas potáveis e residuais;

(iii) Remodelação ou construção de túneis, caminhos-de-ferro, portos e heliportos;

(iv) Dragagens;

(v) Todos os trabalhos que, pela sua natureza e forma de execução, tenham como consequência inevitável a ocorrência de danos.

c) Danos resultantes pela não observância, por parte do segurado de disposições legais sobre medidas de conservação e reparação de imóveis, ou resultantes de deficiente manutenção, isolamento ou de projecto;

d) Danos atribuídos ao estado de imóveis que já se encontrem, no momento da ocorrência do sinistro, danificados, desmoronados ou deslocados das suas fundações de modo a afectar a sua estabilidade e segurança globais;

e) Danos resultantes da deficiente manutenção e reparação de jardins, parques infantis, piscinas, aquaparcos e outras áreas de lazer;

f) Danos resultantes de desabamento, assentamento, colapso, vício ou defeito de construção de imóveis;

g) Danos causados pelas deficientes condições do piso em patamares, escadas ou em outros locais de utilização comum dos imóveis;

h) Danos causados a qualquer estrutura ou terreno devidos, ou alegadamente devidos, a vibração, retirada ou enfraquecimento de suporte;

i) Danos resultantes da insuficiência ou inexistência de sinalização de aviso de trabalhos;

j) Danos causados por caixas de saneamento cujas tampas estejam deslocadas, partidas, deficientemente colocadas, ou pela sua própria inexistência;

k) Danos resultantes da degradação ou falta de manutenção do equipamento de saneamento (canalizações, dispositivos de fecho de ramais, entrada de sumidouros e afins), bem como do equipamento de fornecimento de electricidade (caixas de derivação e afins);

l) Danos resultantes directa ou indirectamente da qualidade e propriedades da água que seja fornecida pelo segurado;

m) Danos resultantes da posse ou utilização de represas, açudes, barragens e similares;

n) Propriedade, manutenção ou exploração de serviços de camionagem, metropolitano, caminhos-de-ferro, ou exploração de cais, estaleiros e portos;

o) Danos resultantes da actuação, directa ou indirectamente relacionada com a ordem pública, da policia municipal e da direcção e ordenamento de tráfego, relativamente à sinalização aérea e dos pavimentos em vias públicas, bem como de operações ou trabalhos de desobstrução das mesmas;

p) Exploração directa, ou em parceria, de serviços de limpeza da via pública e jardinagem;

q) Participação do segurado em comissões de festas, feiras, espectáculos taurinos (touradas, vacadas, largada de touros e similares), gincanas, provas de ciclismo, ralis e similares;

r) Danos sofridos pelas pessoas que procedem ao lançamento de fogo de artifício, bem como pelas que supervisionam as respectivas operações.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos nesta Condição Especial:

a) O fornecimento de água, gás e electricidade;

b) A exploração de matadouros;

c) Hospedagem e fornecimento de refeições, quer a título gratuito, quer oneroso.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 009

Médicos

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente na sua qualidade de médico diplomado e no exercício da sua actividade, incluindo os seus auxiliares quando por si remunerados e ao seu serviço.

b) *Actividade do segurado*, exercício de medicina tal como esta actividade profissional está regulamentada na legislação vigente.

c) *Auxiliar*, o pessoal que directamente colabora com o segurado, exclusivamente quando este se encontra no exercício da sua actividade, mas que não dispõe de qualificação médica.

d) *Instalações profissionais*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado recebe os seus pacientes no exercício da sua actividade.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam

exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros em resultado de actos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua actividade especificada nas Condições Particulares.

Ficam, também, abrangidos os danos causados a terceiros ocorridos durante a permanência destes nas instalações profissionais do segurado e utilização das mesmas.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares:

1- Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Danos que tenham origem em eventos ocorridos anteriormente à data de início da presente apólice;

b) Danos causados por produtos farmacêuticos, próteses e aparelhos, os quais não tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, ou que sejam fabricados ou elaborados pelo segurado, ou com a sua colaboração;

c) Danos resultantes do transplante de órgãos, ou de enxertos;

d) Danos resultantes de experiências, sejam elas que natureza forem, bem como do emprego de novas tecnologias que não tenham recebido a consagração e a aprovação de entidades científicas ou profissionais médicas de reconhecido prestígio;

e) O exercício da actividade durante a suspensão do segurado, ou após a sua expulsão, pela Ordem dos Médicos ou por outra entidade com poderes idênticos;

f) Danos resultantes de tratamentos por RX, rádio, cobalto e por quaisquer rádio-elementos artificiais;

g) Reclamações por intervenções cirúrgicas plásticas ou reparadoras pelo facto destas não terem resultado na finalidade pretendida ou esperada;

h) Danos resultantes da prática de qualquer especialidade da medicina para a qual o segurado e os seus auxiliares não estejam oficialmente habilitados, ou que seja proibida por lei.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos nesta Condição Especial, os danos resultantes da prática pelo segurado das seguintes especialidades médicas:

- a) Neurologia e psiquiatria;
- b) Cirurgia plástica ou reparadora;
- c) Radiologia e tomografia (TAC);
- d) Transplantação ou enxerto de órgãos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 010

Advogados

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente quando no exercício da sua actividade, abrangendo os seus empregados desde que estejam identificados nas Condições Particulares e sob o seu directo controlo e supervisão;

b) *Actividade do segurado*, exercício da advocacia, tal como esta actividade profissional está regulada nos estatutos, disposições e regulamentos vigentes;

c) *Empregado*, não obstante a definição constante da cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, para efeitos da cobertura concedida por esta Condição Especial, significa, exclusivamente, qualquer pessoa vinculada ao segurado por um contrato de trabalho, prestação de serviços ou de aprendizagem, enquanto estiver directamente sob o controlo e supervisão do segurado e no exercício da sua actividade;

d) *Instalações*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado, no exercício da sua actividade, está domiciliado e recebe os seus clientes;

e) *Sinistro*, para efeitos da presente cobertura, considera-se como um e mesmo sinistro:

(i) O conjunto de reclamações originadas por uma mesma causa ou evento susceptível de provocar o funcionamento da Apólice, qualquer que seja o número de reclamantes e independentemente de a reclamação ser interposta exclusivamente contra o segurado ou, conjunta ou separadamente com ele, contra as pessoas pelas quais tenha de responder e que estejam abrangidas na definição de “empregado” constante desta Condição Especial;

(ii) O conjunto das consequências de vários erros profissionais cometidos relativamente ao mesmo acto;

(iii) O conjunto de consequências de várias acções derivadas da mesma ou de igual fonte de erro, se os assuntos tratados profissionalmente pelo segurado guardarem entre si uma dependência jurídica ou económica.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

1- Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por terceiros em resultado de erros e omissões por ele cometidos e pelos quais seja civilmente responsável no exercício livre da sua actividade profissional. Esta cobertura só é válida relativamente a erros e omissões profissionais cometidos durante o período de vigência desta apólice, cujas consequências sejam reclamadas ao segurado ou ao segurador dentro dos preceitos legais e durante a vigência do seguro, ou no prazo máximo de um ano a contar da data em que o mesmo expirou.

2- Ficam, também, abrangidos por esta Condição Especial, os danos patrimoniais

e/ou não patrimoniais causados a terceiros por acidente imputável ao segurado quando aqueles se encontrem nas instalações designadas nas Condições Particulares.

3- Até aos limites de indemnização estabelecidos por convenção especial nas Condições Particulares, ao abrigo da presente cobertura, ficam abrangidos os custos e despesas razoavelmente despendidos pelo segurado com a substituição, resultante de perda ou extravio, de documentos que lhe tenham sido confiados para o desempenho da sua actividade profissional.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares:

1- Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, reclamações resultantes de:

a) Lesões corporais, exceptuando-se as apresentadas ao abrigo da cobertura constante do número 2 da cláusula 2ª destas Condições Especiais;

b) Danos materiais, exceptuando-se as apresentadas ao abrigo da cobertura constante dos números 2 e 3 da cláusula 2ª destas Condições Especiais;

c) Faltas de caixa, erros ou omissões em pagamentos e infidelidade dos empregados do segurado;

d) Quebra do segredo profissional;

e) Actos praticados pelo segurado, directa, indirectamente ou com procuração, na qualidade de administrador, director,

conselheiro ou executivo de empresas privadas, estatais ou mistas, associações ou clubes, bem como de autarca, administrador da massa falida, ou de fiel depositário de bens arrestados ou penhorados;

f) Actos praticados por qualquer pessoa que não faça parte da relação de empregados contratados pelo segurado constante das Condições Particulares, ainda que tal pessoa actue por conta e ordem do segurado;

g) Promessas, acordos ou pactos que transcendam o âmbito da responsabilidade civil legal;

h) Actos para os quais, quer o segurado, quer os seus empregados, não estejam legalmente habilitados;

i) Actos realizados após irradiação do segurado, ou durante a sua suspensão, pela Ordem dos Advogados;

j) Falta de cumprimento de prazos;

k) Perda ou extravio de dinheiro, cheques e, em geral, de valores e documentos ao portador, à ordem ou endossados em branco;

l) Danos morais que ultrapassem o âmbito patrimonial do terceiro lesado.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos ao abrigo desta Condição Especial, as reclamações:

a) Apresentadas em tribunal fora do território de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e as provenientes de uma actividade profissional exercida no exterior destes territórios;

b) Resultantes de infracção ou inobservância de outra legislação que não seja a portuguesa.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 011

Enfermeiros

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

- a) *Segurado*, a pessoa singular, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente na qualidade de enfermeiro diplomado e no exercício da sua actividade, abrangendo os seus auxiliares quando por si remunerados e ao seu serviço.
- b) *Actividade do segurado*, exercício da profissão de enfermeiro tal como está regulamentada na legislação vigente.
- c) *Auxiliar*, o pessoal que directamente colabora com o segurado, exclusivamente quando este se encontra no exercício da sua actividade, mas que não dispõe de qualificação de enfermeiro diplomado.
- d) *Instalações profissionais*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado recebe os seus pacientes no exercício da sua actividade.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais

e/ou não patrimoniais causados a terceiros em resultado de actos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no exercício da sua actividade.

Ficam, também, abrangidos os danos causados a terceiros ocorridos durante a permanência destes nas instalações profissionais do segurado e utilização das mesmas.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares:

1- Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

- a) Danos que tenham origem em eventos ocorridos anteriormente à data de início da presente apólice;
- b) Danos causados por produtos farmacêuticos, próteses e aparelhos, os quais não tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, defeituosos, fabricados ou elaborados pelo segurado, ou com a sua colaboração;
- c) Danos resultantes do transplante de órgãos, ou de enxertos;
- d) Danos resultantes de experiências, sejam elas que natureza forem, bem como do emprego de novas tecnologias que não tenham recebido a consagração e a aprovação de entidades científicas ou profissionais médicas de reconhecido prestígio;
- e) O exercício da actividade durante a suspensão do segurado, ou após a sua expulsão, pela Ordem dos Enfermeiros ou por outra entidade com poderes idênticos;

f) Danos resultantes de tratamentos por RX, rádio, cobalto e por quaisquer rádio-elementos artificiais;

g) Danos resultantes da prática de serviços de enfermagem para os quais o segurado e os seus auxiliares não estejam oficialmente habilitados ou que sejam proibidos por lei;

h) Assistência pré ou pós operatória de cirurgia plástica ou reparadora.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos nesta Condição Especial:

a) Medicina do foro neurológico e psiquiátrico;

b) Transplantação ou enxerto de órgãos;

c) Utilização de aparelhos de RX, rádio, cobalto e quaisquer rádio-elementos artificiais e respectivos tratamentos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 012 *Fogo de Artifício, Foguetes e Morteiros (Queima e Lançamento)*

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª *Definições*

Actividade do segurado, queima e lançamento de fogo de artifício, foguetes e morteiros.

Cláusula 2ª *Objecto e âmbito do contrato*

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros quando no exercício da sua actividade por ocasião das festividades populares, religiosas, desportivas ou outras celebrações levadas a efeito durante o período e no local especificados nas Condições Particulares.

Cláusula 3ª *Exclusões específicas*

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares:

1- Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, os danos:

a) Resultantes do não cumprimento de disposições legais ou regulamentos que estabeleçam as normas de funcionamento e execução da actividade do segurado;

b) Causados aos dirigentes e a todas as pessoas que executam trabalhos abrangidos pela actividade do segurado, ou que neles colaboram, bem como a todos os que, directa ou indirectamente, façam parte da organização dos festejos ou das celebrações objecto da actuação do segurado;

c) Causados às instalações onde se efectuam os lançamentos e a queima, e os ocorridos na área circunscrita do local dos festejos ou celebrações;

d) Resultantes de queima ou lançamento de fogo de artifício cuja carga contenha substâncias explosivas superiores a 50 gramas por tiro;

e) Causados a matas, florestas, eiras, searas e a quaisquer espaços cultivados numa área inferior a 300 metros do local de lançamentos;

f) Causados a depósitos ou entrepostos de abastecimento de materiais combustíveis, inflamáveis e explosivos, aeroportos, heliportos e instalações portuárias;

g) Resultantes de explosão, precedida e seguida ou não de incêndio, das peças de fogo de artifício, foguetes ou morteiros quando acondicionados ou armazenados fora da área circunscrita do local onde ocorram os festejos ou celebrações;

h) Ocorridos durante o transporte do fogo de artifício, foguetes e morteiros de, e para o local de risco constante das Condições Particulares, bem como os danos que ocorram durante as respectivas operações de carga e descarga.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 014

Arquitectos

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente na sua actividade de arquitecto e no exercício da sua actividade, incluindo os seus empregados.

b) *Actividade do segurado*, exercício da arquitectura, tal como esta actividade profissional está regulamentada nos Estatutos da Ordem dos Arquitectos.

c) *Empregado*, o pessoal que directamente colabora com o segurado, como tal definido na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, mas que não dispõe, nem da qualificação de arquitecto, nem de qualquer outra qualificação profissional relacionada com a actividade do segurado (engenheiros, projectistas, desenhadores).

d) *Instalações profissionais*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado recebe os seus clientes, fornecedores e quaisquer outras pessoas relacionadas com o exercício da sua actividade.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

1- Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o

segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros em resultado de actos, omissões ou negligência por eles cometidos exclusivamente no decurso da sua actividade de arquitecto tal como definida nas Condições Particulares, nomeadamente no decurso da elaboração do projecto de execução.

2- Ficam, também, abrangidas as lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros quando ocorridas dentro das instalações profissionais do segurado e resultantes de actos, omissões ou negligência deste na conservação e manutenção das mesmas.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Execução de tarefas estranhas à actividade do segurado ou para as quais não possua as necessárias habilitações académicas ou legais exigidas, ou, relativamente a estas, não tenha cumprido com os requisitos estabelecidos pelos Regulamentos e estatutos oficialmente requeridos para o exercício da profissão;

b) Execução de estudos e trabalhos a respeito dos quais qualquer entidade controladora legalmente reconhecida tenha formulado reservas;

c) Custos com a rectificação total ou parcial de projectos, ou com a realização de um novo projecto, bem como os prejuízos daí resultantes;

d) Danos que tenham origem na infracção deliberada a normas de carácter civil ou administrativo relativamente a urbanismo, direito de propriedade, serventias e outras situações idênticas;

e) Danos que tenham origem na infracção pelo segurado ao direito de propriedade intelectual;

f) Danos que tenham origem no emprego de materiais proibidos por lei, ou que, sem serem objecto de proibição, se tenham revelado especialmente prejudiciais para a saúde das pessoas ou para a manutenção e conservação dos bens;

g) Obrigações assumidas pelo segurado que excedam o âmbito e limites da sua profissão, tais como:

(i) execução por ele próprio de obras ou instalações ou fornecimento de materiais;

§ Estas exclusões são extensivas ao cônjuge do segurado, a qualquer empresa por ele dirigida ou pelo cônjuge, ou em que um ou outro participem.

h) Danos resultantes da execução deliberada de projectos ou tarefas, apesar de serem proibidas por leis ou regulamentos;

i) Obras ou instalações executadas mediante processos experimentais que não cumpram o regulamento de edificação;

j) Danos resultantes de emprazamento de obras ou instalações, e de avaliação errónea da conjuntura ou situação do mercado;

k) Lacunas ou erros na coordenação dos trabalhos quando, na planificação, supervisão ou direcção técnica da obra ou da instalação, actuem outros profissionais qualificados no que excede à sua quota-parte de responsabilidade;

l) Falta de qualidade resultante de medidas voluntária e conscientemente tomadas com o

objectivo de economizar no emprego da técnica ou de materiais;

m) Danos resultantes do não funcionamento, funcionamento defeituoso, perda de produção ou alterações qualitativas cuja causa não tenha relação directa com o trabalho do segurado;

n) Danos que decorram reclamações de ordem financeira por atraso ou paralisação das obras, bem como a outras perdas indirectas sejam elas que natureza forem;

o) A infracção de direitos de autor, marca registada ou patente;

p) A insolvência ou falência do segurado.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 015

Engenheiros

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

- a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente na sua actividade de engenheiro e no exercício da sua actividade, incluindo os seus empregados.
- b) *Actividade do segurado*, exercício da engenharia, tal como esta actividade profissional está regulamentada nos Estatutos da Ordem dos Engenheiros.
- c) *Empregado*, o pessoal que directamente colabora com o segurado, como tal definido na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, mas que não dispõe, nem da qualificação de engenheiro, nem de qualquer outra qualificação profissional relacionada com a actividade do segurado.
- d) *Instalações profissionais*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado recebe os seus clientes, fornecedores e quaisquer outras pessoas relacionadas com o exercício da sua actividade.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

1- Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice,

o segurador garante o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros em resultado de actos, omissões ou negligência por ele cometido exclusivamente no decurso da sua actividade de Engenheiro tal como definida nas Condições Particulares.

2- Ficam, também, abrangidas as lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros quando ocorridas dentro das instalações profissionais do segurado e resultantes de actos, omissões ou negligência deste na conservação e manutenção das mesmas.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

1- Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

- a) Danos resultantes do exercício da actividade profissional para a qual o segurado não esteja devidamente habilitado, não tenha habilitações próprias, inscrições ou autorizações formais, quando legalmente exigidas;
- b) Multas, coimas ou outras sanções de qualquer natureza;
- c) Danos resultantes de actos praticados pelo segurado com a connivência ou sob coacção do reclamante;
- d) Danos imputáveis ao não cumprimento de prazos de entrega;
- e) Danos resultantes do não funcionamento, funcionamento defeituoso, perda de produção, de rendimento ou alterações qualitativas cuja causa não tenha relação directa com o trabalho do segurado;

f) Custos com alterações ou elaboração de novos trabalhos originados pelo segurado;

g) Reclamações de ordem financeira, atribuídas a atrasos na entrega ou de outra natureza, não relacionada com erros ou omissões cometidas no exercício da profissão, bem como as resultantes do atraso ou paralisação das obras e perdas de lucros/lucros cessantes;

h) A infracção de direitos de autor, marca registada ou patente;

i) A insolvência ou falência do segurado;

j) O conselho, a pedido ou a obtenção (ou o acto contrário) de qualquer tipo de seguro, garantia ou caucionamento;

k) Danos pela posse, manutenção, uso ou reparação de qualquer propriedade pertencente ou arrendada ao segurado, aos seus colaboradores, a ascendentes, descendentes ou pessoas que com ele coabitem ou vivam a cargo;

l) Fianças ou garantias expressas;

m) Deficientes estimativas de custos de construção ou o facto de tais estimativas serem excedidas;

n) Reclamações baseadas em responsabilidade contratual que se sobreponha às responsabilidades legais;

o) Danos causados a sócios, gerentes e legais representantes do segurado;

p) Danos resultantes de projectos experimentais (protótipos), quando se utilizem técnicas ainda não testadas.

2- Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, a presente clausula não garante também os danos consequentes de:

a) Actividades relacionadas com feiras, exposições, mas só quando tais estruturas forem projectadas já com a intenção de serem demolidas quando acabar a feira ou exposição;

b) Da efectivação ou não efectivação de peritagens finais (definitivas), de exames geológicos, solo e subsolo;

c) Actividades relacionadas com túneis ou pontes (que excedam 50 metros de comprimento);

d) Responsabilidades assumidas pelo segurado ao abrigo de um contrato ou acordo;

e) Serviços profissionais executados por, ou em nome de uma “*joint venture*” do qual o segurado seja membro.

Cláusula 4ª

Validade da apólice

Este seguro garante os danos ocorridos durante o período de vigência da apólice por erros profissionais cometidos durante esse mesmo período, cujas consequências sejam reclamadas durante a vigência da Apólice.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 016

Engenheiros/Projectistas

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente na sua actividade de engenheiro e técnico projectista no exercício da sua actividade, quando ao serviço da empresa segura.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

1- Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros em resultado de actos, omissões ou negligência praticados pelos engenheiros/projectistas ao seu serviço e pelos quais ele seja civilmente responsável.

2- Para efeitos do número anterior, entende-se como danos susceptíveis de indemnização os:

2.1- Danos corporais, lesão ou morte, causados a terceiros em consequência de erro ou omissão na elaboração de projectos;

2.2- Danos materiais, deterioração ou destruição de bens de terceiros sobre os quais o segurado não tenha actuado no desempenho das funções profissionais, mas que sofreram danos em consequência de erro ou omissão na elaboração de projectos.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

1- Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Danos resultantes do exercício da actividade profissional para a qual o segurado e seus colaboradores não estejam devidamente habilitados, não tenham habilitações próprias, inscrições ou autorizações formais, quando legalmente exigidas;

b) Multas, coimas ou outras sanções de qualquer natureza;

c) Danos resultantes de actos praticados pelo segurado com a conivência ou sob coacção do reclamante;

d) Danos imputáveis ao não cumprimento de prazos de entrega;

e) Danos resultantes do não funcionamento, funcionamento defeituoso, perda de produção, de rendimento ou alterações qualitativas cuja causa não tenha relação directa com o trabalho do segurado;

f) Custos com alterações ou elaboração de novos trabalhos ou projectos;

g) Reclamações de ordem financeira, atribuídas a atrasos na entrega ou de outra natureza, não relacionada com erros ou omissões cometidas

no exercício da profissão, bem como as resultantes do atraso ou paralisação das obras e perdas de lucros/lucros cessantes;

h) A infracção de direitos de autor, marca registada ou patente;

i) A insolvência ou falência do segurado;

j) O conselho, a pedido ou a obtenção (ou o acto contrário) de qualquer tipo de seguro, garantia ou caucionamento;

k) Danos pela posse, manutenção, uso ou reparação de qualquer propriedade pertencente ou arrendada ao segurado, aos seus colaboradores, a ascendentes, descendentes ou pessoas que com ele coabitem ou vivam a cargo;

l) Fianças ou garantias expressas;

m) Deficientes estimativas de custos de construção ou o facto de tais estimativas serem excedidas;

n) A presente garantia só poderá ser accionada no caso de insuficiência de garantias de outras apólices para o mesmo risco;

o) Reclamações baseadas em responsabilidade contratual que se sobreponha às responsabilidades legais;

p) Danos causados a sócios, gerentes e legais representantes da pessoa colectiva cuja responsabilidade se garante;

q) Danos resultantes de projectos experimentais (protótipos) quando se utilizam técnicas ainda não testadas.

2- Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, a presente clausula não garante também os danos consequentes de:

a) Actividades relacionadas com feiras, exposições, mas só quando tais estruturas forem projectadas já com a intenção de serem demolidas quando acabar a feira ou exposição;

b) Da efectivação ou não efectivação de peritagens finais (definitivas), de exames geológicos, solo e subsolo;

c) Actividades relacionadas com túneis ou pontes (que excedam 50 metros de comprimento);

d) De responsabilidades assumidas pelo segurado ao abrigo de um contrato ou acordo;

e) Serviços profissionais executados por, ou em nome de uma “*joint venture*” do qual o segurado seja membro.

Cláusula 4ª

Validade da apólice

Este seguro garante os danos ocorridos durante o período de vigência da apólice por erros profissionais cometidos durante esse mesmo período, cujas consequências sejam reclamadas durante a vigência da Apólice.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 019

Notários

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente quando no exercício da sua actividade, abrangendo os seus empregados desde que estejam identificados nas Condições Particulares e sob o seu directo controlo e supervisão.

b) *Profissão de notário*, exercício da profissão de notário de harmonia com as disposições legais, regulamentares e/ou estatutárias em vigor.

c) *Empregado*, não obstante a definição constante da cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, para efeitos da cobertura concedida por esta Condição Especial, significa, exclusivamente, qualquer pessoa vinculada ao segurado por um contrato de trabalho, prestação de serviços ou de aprendizagem, enquanto estiver directamente sob o controlo e supervisão do segurado e no exercício da sua actividade.

d) *Instalações*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado, no exercício da sua actividade, está domiciliado e recebe os seus clientes.

e) *Sinistro*, para efeitos da presente Condição Especial, considera-se como um e mesmo sinistro:

(i) O conjunto de reclamações originadas por uma mesma causa ou evento susceptível de provocar o funcionamento da Apólice, qualquer que seja o número de reclamantes e independentemente de a reclamação ser interposta exclusivamente contra o segurado ou, conjunta ou separadamente com ele, contra as pessoas pelas quais tenha de responder e que estejam abrangidas na definição de “empregado” constante desta Condição Especial;

(ii) O conjunto das consequências de vários erros profissionais cometidos relativamente ao mesmo acto;

(iii) O conjunto de consequências de várias acções derivadas da mesma ou de igual fonte de erro, se os assuntos tratados profissionalmente pelo segurado guardarem entre si uma dependência jurídica ou económica.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

1– Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por terceiros em resultado de erros e omissões por ele cometidos e pelos quais seja civilmente responsável no exercício livre da sua actividade profissional.

Esta cobertura só é válida relativamente a erros e omissões profissionais cometidos durante o período de vigência desta apólice, cujas consequências sejam reclamadas ao segurado ou ao segurador dentro dos preceitos legais e durante a vigência do seguro, ou no prazo máximo de um ano a contar da data em que o mesmo expirou.

2– Ficam, também, abrangidos por esta Condição Especial, os danos patrimoniais

e/ou não patrimoniais causados a terceiros por acidente imputável ao segurado quando aqueles se encontrem nas instalações designadas nas Condições Particulares.

3– Até aos limites de indemnização estabelecidos por convenção especial nas Condições Particulares, ao abrigo da presente cobertura, ficam abrangidos os custos e despesas razoavelmente despendidos pelo segurado com a substituição, resultante de perda ou extravio, de documentos que lhe tenham sido confiados para o desempenho da sua actividade profissional.

Cláusula 3ª *Exclusões específicas*

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares:

1– Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, reclamações resultantes de:

a) Lesões corporais, exceptuando-se as apresentadas ao abrigo da cobertura constante do número 2 da cláusula 2ª destas Condições Especiais;

b) Danos materiais, exceptuando-se as apresentadas ao abrigo da cobertura constante dos números 2 e 3 da cláusula 2ª destas Condições Especiais;

c) Faltas de caixa, erros ou omissões em pagamentos, e infidelidade dos empregados do segurado;

d) Quebra do segredo profissional;

e) Actos praticados por qualquer pessoa que não faça parte da relação de empregados contratados pelo segurado constante das Condições Particulares, ainda que tal pessoa actue por conta e ordem do segurado;

f) Promessas, acordos ou pactos que transcendam o âmbito da responsabilidade civil legal;

g) Actos para os quais, quer o segurado, quer os seus empregados, não estejam legalmente habilitados;

h) Actos realizados após irradiação do segurado, ou durante a sua suspensão, pela Ordem dos Notários;

i) Falta de cumprimento de prazos;

j) Perda ou extravio de dinheiro, cheques e, em geral, de valores e documentos ao portador, à ordem ou endossados em branco;

k) Danos morais.

2– Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos ao abrigo desta Condição Especial, as reclamações:

a) Apresentadas em tribunal fora do território de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e as provenientes de uma actividade profissional exercida no exterior destes territórios;

b) Resultantes de infracção ou inobservância de outra legislação que não seja a portuguesa.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 020

Juntas de Freguesia

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª *Definições*

a) *Segurado*, a pessoa colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente quando no exercício da actividade da junta de freguesia. Nesta designação ficam abrangidos: - o Presidente da Junta de Freguesia e os funcionários da Junta de Freguesia.

b) *Funcionários da Junta de Freguesia*, ficam abrangidas nesta designação as pessoas mencionadas na definição de “empregado” constante da cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice.

c) *Actividade da Junta de Freguesia*, fica abrangida nesta designação, a propriedade de imóveis e de terrenos ocupados pelo segurado e por este utilizados exclusivamente na prestação dos serviços específicos da junta, salvo as limitações e exclusões constantes da cláusula 3ª desta Condição Especial.

Cláusula 2ª *Objecto e âmbito do contrato*

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros quando no exercício da actividade da Junta de Freguesia dentro dos limites da respectiva Freguesia.

Cláusula 3ª *Exclusões específicas*

1- Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) A propriedade de imóveis e terrenos que estejam:

(i) Alugados ou cedidos a título gratuito ou oneroso;

(ii) Desocupados para venda, demolição ou por qualquer outro motivo;

(iii) Ocupados pelo segurado, mas cuja utilização não se encontre circunscrita à actividade da Junta de Freguesia.

b) Trabalhos efectuados directamente pelo segurado, ou de sua conta, na qualidade de empreiteiro em obras da seguinte natureza:

(i) Demolições, fundações e escoramentos;

(ii) Abertura de valas para instalação e conservação de águas potáveis e residuais;

(iii) Remodelação ou construção de túneis, caminhos-de-ferro, portos e heliportos;

(iv) Dragagens;

(v) Todos os trabalhos que, pela sua natureza e forma de execução, tenham como consequência inevitável a ocorrência de danos.

c) Danos resultantes pela não observância, por parte do segurado de disposições legais sobre medidas de conservação e reparação de imóveis, ou resultantes de deficiente manutenção, isolamento ou de projecto;

d) Danos atribuídos ao estado de imóveis que já se encontrem, no momento da ocorrência do sinistro, danificados, desmoronados ou deslocados das suas fundações de modo a afectar a sua estabilidade e segurança globais;

e) Danos resultantes da deficiente manutenção e reparação de jardins, parques infantis, piscinas, aquaparkes e outras áreas de lazer;

f) Danos resultantes de desabamento, assentamento, colapso, vício ou defeito de construção de imóveis;

g) Danos causados pelas deficientes condições do piso em patamares, escadas ou em outros locais de utilização comum dos imóveis;

h) Danos causados a qualquer estrutura ou terreno devidos, ou alegadamente devidos, a vibração, retirada ou enfraquecimento de suporte;

i) Danos resultantes da insuficiência ou inexistência de sinalização de aviso de trabalhos;

j) Danos causados por caixas de saneamento cujas tampas estejam deslocadas, partidas, deficientemente colocadas, ou pela sua própria inexistência;

k) Danos resultantes da degradação ou falta de manutenção do equipamento de saneamento (canalizações, dispositivos de fecho de ramais, entrada de sumidouros e afins), bem como do equipamento de fornecimento de electricidade (caixas de derivação e afins);

l) Danos resultantes directa ou indirectamente da qualidade e propriedades da água que seja fornecida pelo segurado;

m) Danos resultantes da posse ou utilização de represas, açudes, barragens e similares;

n) Propriedade, manutenção ou exploração de serviços de camionagem, metropolitano, caminhos de ferro, ou exploração de cais, estaleiros e portos;

o) Danos resultantes da actuação, directa ou indirectamente relacionada com a ordem pública, da polícia municipal e da direcção e ordenamento de tráfego, relativamente à sinalização aérea e dos pavimentos em vias públicas, bem como de operações ou trabalhos de desobstrução das mesmas;

p) Exploração directa, ou em parceria, de serviços de limpeza da via pública e jardinagem;

q) Participação do segurado em comissões de festas, feiras, espectáculos taurinos (touradas, vacadas, largada de touros e similares), gincanas, provas de ciclismo, ralis e similares;

r) Danos sofridos pelas pessoas que procedem ao lançamento de fogo de artifício, bem como pelas que supervisionam as respectivas operações.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos nesta Condição Especial:

a) O fornecimento de água, gás e electricidade;

b) A exploração de matadouros;

c) Hospedagem e fornecimento de refeições, quer a título gratuito, quer oneroso.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 021

Utilização de Explosivos

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª **Definições**

Explosivos, na presente cobertura, consideram-se “explosivos”, a dinamite e outras substâncias de efeitos análogos aplicáveis, para fins pacíficos, em trabalhos e obras de construção civil, desde que a sua utilização obedeça às normas e regulamentos impostos pela legislação vigente.

Cláusula 2ª **Objecto e âmbito do contrato**

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador, nos precisos termos em que este seguro foi contratado, inclui no âmbito da cobertura, os danos causados a terceiros directamente resultantes da utilização de explosivos pelo segurado.

Cláusula 3ª **Exclusões específicas**

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, os danos:

a) Resultantes do não cumprimento de disposições legais vigentes, regulamentos camarários ou de outras entidades com reconhecida autoridade relativamente à utilização de explosivos;

b) Resultantes do não cumprimento de normas e instruções dos fabricantes e dos fornecedores relativamente ao manuseamento e utilização dos explosivos, ou das condições impostas ou recomendadas nas circunstâncias em que vão ser utilizados;

c) Resultantes do facto das cargas utilizadas serem superiores às indicadas para o tipo de detonação em causa;

d) Resultantes de estilhaços e detritos de explosões levadas a efeito em locais cujos adjacentes, onde se encontravam bens móveis e imóveis pertencentes a terceiros, eram potenciais alvos em função das cargas explosivas utilizadas e do local da detonação;

e) Resultantes de o local onde se procedeu à detonação dos explosivos não ter sido devidamente resguardado, nomeadamente com chapas de dimensões adequadas ou com outras protecções determinadas pelas regras de arte tomando em consideração as circunstâncias existentes;

f) Resultantes de utilização de explosivos fabricados pelo segurado;

g) Sofridos pelo segurado, seus empregados ou pessoas que manusearem e utilizarem os explosivos;

h) Resultantes de utilização de explosivos sem a prévia notificação à Polícia ou à autoridade que as substitua, e subsequente autorização;

i) Ocorridos em locais que não tenham sido previamente sinalizados e vedados à passagem ou permanência de pessoas e veículos;

j) Ocorridos dentro de um raio de 150 metros a contar do local da explosão, a menos que outra distância tenha sido previamente acordada entre o segurado e o segurador e exarada nas Condições Particulares.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 023

Solicitadores

CLÁUSULA PRELIMINAR

ALusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Profissão de solicitador*, exercício da actividade profissional de solicitador de harmonia com as disposições legais, regulamentares e/ou estatutárias.

b) *Empregado*, não obstante a definição constante da cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, para efeitos da cobertura concedida por esta Condição Especial, significa, exclusivamente, qualquer pessoa vinculada ao segurado por um contrato de trabalho, prestação de serviços ou de aprendizagem, enquanto estiver directamente sob o controlo e supervisão do segurado e no exercício da sua actividade.

c) *Instalações*, local designado nas Condições Particulares onde o segurado, no exercício da sua actividade, está domiciliado e recebe os seus clientes.

d) *Sinistro*, para efeitos da presente cobertura, considera-se como um e mesmo sinistro:

- (i) O conjunto de reclamações originadas por uma mesma causa ou evento susceptível de provocar o funcionamento da Apólice, qualquer que seja o número de reclamantes e independentemente de a reclamação ser interposta exclusivamente contra o segurado ou, conjunta ou separadamente com ele,

contra as pessoas pelas quais tenha de responder e que estejam abrangidas na definição de “empregado” constante desta Condição Especial;

- (ii) O conjunto das consequências de vários erros profissionais cometidos relativamente ao mesmo acto;

- (iii) O conjunto de consequências de várias acções derivadas da mesma ou de igual fonte de erro, se os assuntos tratados profissionalmente pelo segurado guardarem entre si uma dependência jurídica ou económica.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

1- O presente contrato garante a responsabilidade que possa ser imputada ao segurado, enquanto no exercício da profissão de solicitador e nos termos desta Condição Especial, em consequência de actos ou omissões por si praticados ou pelos seus empregados ao seu serviço devidamente identificados nas Condições Particulares.

2- Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por terceiros em resultado de erros e omissões por si cometidos e pelos quais seja civilmente responsável no exercício livre da sua actividade profissional. Esta cobertura só é válida relativamente a erros e omissões profissionais cometidos durante o período de vigência desta apólice, cujas consequências sejam reclamadas ao segurado ou ao segurador dentro dos prazos legais e durante a vigência do seguro, ou no prazo máximo de um ano a contar da data em que o mesmo expirou.

3- Ficam, também, abrangidos por esta Condição Especial, os danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros

por acidente imputável ao segurado quando aqueles se encontrem nas instalações designadas nas Condições Particulares.

4- Até aos limites de indemnização estabelecidos por convenção especial nas Condições Particulares, ao abrigo da presente cobertura, ficam abrangidos os custos e despesas razoavelmente despendidos pelo segurado com a substituição, resultante de perda ou extravio, de documentos que lhe tenham sido confiados para o desempenho da sua actividade profissional.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares:

1- Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, reclamações resultantes de:

a) Lesões corporais, exceptuando-se as apresentadas ao abrigo da cobertura constante do número 3 da cláusula 2ª destas Condições Especiais;

b) Danos materiais, exceptuando-se as apresentadas ao abrigo da cobertura constante dos números 2 e 3 da cláusula 2ª destas Condições Especiais;

c) Faltas de caixa, erros ou omissões em pagamentos, e infidelidade dos empregados do segurado;

d) Quebra do segredo profissional;

e) Actos praticados por qualquer pessoa que não faça parte da relação de empregados contratados pelo segurado constante das Condições Particulares, ainda que tal pessoa actue por conta e ordem do segurado;

f) Promessas, acordos ou pactos que transcendam o âmbito da responsabilidade civil legal;

g) Actos para os quais, quer o segurado, quer os seus empregados, não estejam legalmente habilitados;

h) Actos realizados após irradiação do segurado, ou durante a sua suspensão, pela Câmara dos Solicitadores;

i) Falta de cumprimento de prazos;

j) Perda ou extravio de dinheiro, cheques e, em geral, de valores e documentos ao portador, à ordem ou endossados em branco;

k) Danos morais.

2- Salvo convenção em contrário estabelecida nas Condições Particulares, não ficam garantidos ao abrigo desta Condição Especial, as reclamações:

a) Apresentadas em tribunal fora do território de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e as provenientes de uma actividade profissional exercida no exterior destes territórios;

b) Resultantes de infracção ou inobservância de outra legislação que não seja a portuguesa.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 024
Professores Educação Física e Afins

CLÁUSULA PRELIMINAR

A Lusitania, Companhia de Seguros SA, estabelece com o segurado/tomador do seguro indicado nas Condições Particulares, um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, regulado por esta Condição Especial.

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª *Definições*

a) *Segurado*, a pessoa singular, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice, exclusivamente quando no exercício da sua actividade, abrangendo os seus empregados desde que estejam identificados nas Condições Particulares e sob o seu directo controlo e supervisão.

b) *Profissão de Professor de Educação Física e Afins*, exercício da profissão de professor de harmonia com as disposições legais, regulamentares e/ou estatutárias em vigor.

c) *Sinistro*, para efeitos da presente Condição Especial, considera-se como um e mesmo sinistro, o conjunto de reclamações originadas por uma mesma causa ou evento susceptível de provocar o funcionamento da Apólice, qualquer que seja o número de reclamantes e independentemente de a reclamação ser interposta exclusivamente contra o segurado ou, conjunta ou separadamente com ele, contra as pessoas pelas quais tenha de responder e que estejam abrangidas na definição de “empregado” constante desta Condição Especial.

Cláusula 2ª *Objecto e âmbito do contrato*

1- Não obstante as declarações constantes da cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que legalmente possam ser exigidas ao segurado como reparação de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, involuntariamente causados a terceiros em consequência de factos acidentalmente ocorridos durante o exercício da sua actividade e directamente com ela relacionados.

2- Fica estabelecido e aceite que a presente apólice mantém as suas garantias em pleno funcionamento desde que o segurado possua e mantenha as habilitações e/ou autorizações necessárias para o desempenho da actividade.

3- Para o funcionamento da presente apólice, é essencial que todos os praticantes de programas elaborados pelo segurado sejam submetidos a exames médicos prévios que os considerem APTOS à prática da respectiva actividade.

4- As entidades onde o segurado exerce a sua actividade, deverão ser informados pelo mesmo, que serão solidariamente responsáveis por eventuais danos e/ou lesões causados aos praticantes se estes não tomarem as medidas necessárias e exigíveis, a fim de apurar a aptidão dos seus clientes para o exercício do desporto em causa.

5- Em caso de alteração do tipo de actividade, o segurado deverá comunicar de imediato a nova situação à Lusitania, Companhia de Seguros SA, para possibilitar uma reavaliação do risco seguro.

6- As garantias da presente apólice ficam sujeitas à observância das normas e condições de

segurança determinados pelos organismos oficiais para o exercício da actividade segura.

Cláusula 3ª
Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que, porventura, constem das Condições Particulares:

1- Não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial, reclamações resultantes de:

a) Ensino e elaboração de programas para os quais o segurado não se encontre devidamente habilitado e autorizado;

b) Danos causados a praticantes com lesões e/ou doenças pré-existentis;

c) Danos causados a praticantes que não tenham sido objecto de exame médico prévio que os considerasse aptos à prática da actividade;

d) Danos decorrentes de incumprimento de recomendações médicas por parte de praticantes da modalidade;

e) Danos imputáveis a terceiros por má utilização, alteração e/ou não seguimento de exercícos, cuidados e/ou recomendações exaradas em programas elaborados pelo segurado;

f) Danos e/ou lesões originados durante a prática de outras actividades, sem ser a indicada nas Condições Particulares;

g) Garantia de obtenção de resultados;

h) Danos causados a praticantes com idade e estrutura física não aconselhável para o tipo de actividade ensinada e/ou ministrada pelo segurado;

i) Danos decorrentes de ensino e programa experimentais e/ou diferentes do habitualmente praticado e/ou novas actividades;

j) Prejuízos económicos que não sejam consequência directa de uma lesão corporal ou de um dano material, nomeadamente prejuízos causados pela interrupção ou suspensão total ou parcial de actividades industriais, comerciais, artesanais, agrícolas ou de serviços;

k) Danos derivados de actividade para o qual o segurado não esteja devidamente habilitado e/ou autorizado;

l) Danos enquadráveis no âmbito da responsabilidade civil legalmente imputável aos alunos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 026

Hospitais

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

- a) *Actividade do segurado*, exploração de uma Hospital.
- b) *Hospital*, o estabelecimento público ou privado, legalmente reconhecido como tal.
- c) *Pessoal efectivo*, ficam abrangidos nesta designação os médicos, técnicos paramédicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, vinculados ao segurado por um contrato de trabalho ou de prestação de serviços, enquanto estiverem directamente sob o controlo e supervisão do segurado e no exercício da sua actividade.
- d) *Paciente*, qualquer pessoa a quem o segurado preste serviços exclusivamente no exercício da sua actividade e pela qual não seja civilmente responsável.
- e) *Unicidade de sinistro*, para efeito das garantias desta apólice, os danos devidos a um mesmo evento, qualquer que seja o número de vítimas, são considerados como constituindo um só e único sinistro. Não se consideram abrangidos pela garantia deste contrato os danos derivados de factos anteriores à data do início da apólice, ainda que as consequências só se manifestem depois dessa data.

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o

pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a pacientes e a terceiros em consequência de actos, omissões ou negligência cometidos quer pelo segurado quer pelo pessoal efectivo do hospital exclusivamente quando no exercício da sua actividade e nas instalações mencionadas nas Condições Particulares.

Cláusula 3ª

Exclusões específicas

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

- a) A responsabilidade profissional de médicos, técnicos paramédicos e enfermeiros que não façam parte do pessoal efectivo, ou se fizerem estejam a actuar de conta própria utilizando as instalações, pessoal e aparelhagem do hospital;
- b) A responsabilidade profissional de médicos, técnicos paramédicos e enfermeiros não pertencentes ao hospital que exerçam funções de carácter temporário em substituição do pessoal efectivo;
- c) A utilização do hospital na prática de processos curativos e de recursos que não tenha recebido a consagração e a aprovação de entidades científicas ou profissionais médicas de reconhecido prestígio;
- d) Danos resultantes da actuação de pessoal efectivo ou eventual que não possua as habilitações correspondentes às funções desempenhadas;
- e) Perda, dano ou extravio de bens pertencentes aos pacientes ou aos seus acompanhantes entregues aos serviços de lavandaria do hospital;

f) Perda, dano ou extravio de bens ou valores, sejam eles de que natureza forem, pertencentes aos pacientes ou aos seus acompanhantes, excepto quando formalmente confiados ao segurado;

g) Reclamações por intervenções cirúrgicas plásticas ou reparadoras, pelo facto destas não terem resultado na finalidade pretendida (danos meramente estéticos);

h) Danos genéticos;

i) Danos resultantes da exposição à radioactividade pelo pessoal privativo ou eventual do hospital, ou por qualquer outra pessoa cujas funções profissionais, ou actividade científica, representem um risco de exposição à radioactividade;

j) Danos causados por aparelhos ou substâncias radioactivas cujas condições de utilização não se coadunem com processos científicos e técnicos actualizados, ou quando os referidos aparelhos ou substâncias não tenham uma manutenção adequada feita por técnicos especialistas dos fabricantes ou dos seus distribuidores autorizados;

k) Danos resultantes da não observância das leis e regulamentos sobre a protecção contra as consequências da exposição à radioactividade;

l) Prática de medicina do foro psiquiátrico;

m) Fabrico, elaboração ou venda de aparelhos, produtos farmacêuticos, especialidades próprias, drogas e ervas medicinais.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CONDIÇÃO ESPECIAL 027 *Responsabilidade Civil do Empregador*

1- Até ao limite de indemnização fixada nas Condições Particulares, esta cobertura complementar tem como objecto garantir o pagamento de indemnizações directamente resultantes de lesões corporais sofridas pelos empregados do segurado que, nos termos da lei civil vigente, lhe sejam exigíveis enquanto na qualidade de empregador;

2- Esta cobertura só é aplicável quando as lesões corporais sofridas pelos empregados do segurado ocorrerem dentro do período do seguro e aqueles estiverem ao seu serviço, no exercício da actividade expressamente mencionada nas condições particulares.

3- Excluem-se desta cobertura as indemnizações abrangidas pelo Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho, bem como as resultantes de prestações do empregador que, nos termos da legislação vigente, devam ser transferidas para um segurador através do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho.

4- Na falta do seguro obrigatório em virtude da inobservância por parte do segurado do preceituado na lei, e caso haja lugar ao pagamento de indemnização de direito comum enquadrável no âmbito da presente apólice, a garantia concedida por esta condição especial ficará restrita à diferença entre o valor correspondente à indemnização de direito comum e a que seria devida ao abrigo do Seguro

de Acidentes de Trabalho se ele existisse, sem prejuízo do limite fixado em 5.

5- O limite de indemnização por sinistro e por cada período de seguro é o indicado para o efeito nas Condições Particulares, independentemente do número de lesados.

6- Fica abrangida na designação de empregado, qualquer pessoa:

a) Vinculada ao segurado por um contrato de prestação de serviços ou de aprendizagem;

b) Contratada a prazo somente para trabalhos de subempregada;

c) A trabalhar por conta própria;

d) Cedida por qualquer autoridade pública, firma ou companhia enquanto estiver directamente sob o controle e supervisão do segurado, e no exercício da actividade expressamente referida nas condições particulares desta Apólice.

7- Mantêm-se as demais condições da Apólice não alteradas por esta Condição Especial.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 028

Clínicas

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Condição Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

- a) *Actividade do segurado*, exploração de uma Clínica.
 - b) *Clínica*, o estabelecimento público ou privado, legalmente reconhecido como tal, qualquer que seja a sua designação (clínica, casa de saúde ou outra).
- Excluem-se expressamente desta designação: casas de repouso e de convalescença, termas, sanatórios, lares de terceira idade, centros de tratamento de toxicodependentes e de alcoólicos e outras instituições similares.
- c) *Pessoal efectivo*, ficam abrangidos nesta designação os médicos, técnicos paramédicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, vinculados ao segurado por um contrato de trabalho ou de prestação de serviços, enquanto estiverem directamente sob o controle e supervisão do segurado e no exercício da sua actividade.
 - d) *Paciente*, qualquer pessoa a quem o segurado preste serviços exclusivamente no exercício da sua actividade e pela qual não seja civilmente responsável.
 - e) *Unicidade de sinistro*, para efeito das garantias desta apólice, os danos devidos a um mesmo evento, qualquer que seja o número de vítimas, são considerados como constituindo um só e único sinistro. Não se consideram abrangidos pela garantia deste contrato os danos derivados de factos anteriores à data do início da apólice, ainda que as consequências só se manifestem depois dessa data.

Cláusula 2ª ***Objecto e âmbito do contrato***

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a pacientes e a terceiros em consequência de actos, omissões ou negligência cometidos quer pelo segurado quer pelo pessoal efectivo da clínica exclusivamente quando no exercício da sua actividade e nas instalações mencionadas nas Condições Particulares.

Cláusula 3ª ***Exclusões específicas***

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, ficam expressamente excluídos os danos causados:

- a) Pela inobservância das disposições legais ou regulamentares, bem como das respectivas medidas de segurança e protecção, relativas ao exercício da actividade do segurado;
- b) Por perdas indirectas e/ou lucros cessantes;
- c) Por actos do pessoal ao serviço do segurado, quando não se encontrem devidamente habilitados para a prática de tais actos;
- d) Pela utilização de meios de tratamento alheios à boa prática médica ou que não tenham sido reconhecidos por entidade científica ou profissionais médicos de reconhecido prestígio ou que sejam considerados experimentais;
- e) Por produtos fornecidos, fabricados ou não pelo segurado;

f) Pela prescrição ou administração de produtos farmacêuticos fornecidos pelo segurado, em cuja elaboração o segurado haja participado, ou não aprovados por autoridade sanitária;

g) No âmbito de contratos ou obrigações especialmente assumidas pelo segurado que excedam os limites legais da responsabilidade civil e/ou que se enquadrem no âmbito de garantias oferecidas pelo segurado;

h) Que se traduzam em reclamações por não terem sido obtidos os resultados esperados;

i) Pela recusa de prestação de serviços da competência do segurado;

j) Por erros na marcação de consultas ou por qualquer incumprimento de prazos de execução dos trabalhos, por parte do segurado;

k) Por erros ou diferenças de orçamentos;

l) Pela substituição de próteses ou ortóteses;

m) Em consequência de actos praticados pelo segurado, com a conivência ou sob coação do reclamante;

n) Que se traduzam em deficiências genéticas em consequência de aparelhos de radiodiagnóstico e ondas curtas, pela utilização de aparelhos de electro-choque, bem como pela utilização de qualquer substância radioactiva;

o) Pela exploração de qualquer negócio acessório do segurado, como cafetarias, tabacarias ou afins, mesmo que esses negócios se situem no edifício ou instalação onde se desenvolve a actividade segura;

p) Por roubos, furtos, apropriações indevidas, abusos de confiança, quebras de sigilo profissional ou deslealdades dos empregados e/ou quaisquer pessoas que tenham vínculo laboral com o segurado;

q) Em bens móveis e imóveis que, para seu uso, manipulação, transformação, custódia,

depósito ou transporte, tenham sido confiados ou arrendados ao segurado e/ou por furto, roubo ou extravio de bens de pacientes e de terceiros em geral, dentro das instalações, e qualquer dano sofrido pelos veículos de terceiros, durante a sua permanência nos parques de estacionamento das instalações do segurado;

r) Em bens dos empregados e/ou quaisquer pessoas que tenham vínculo laboral com o segurado;

s) Por acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;

t) Por trabalhos de ampliação, modificação e/ou reparação das instalações do segurado;

u) Elevadores e/ou monta-cargas, devido à sobrelotação, excesso de peso, e/ou falta/falha de conservação por empresa especializada;

v) Em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes;

w) Por qualquer exposição ao vírus da SIDA ou dos seus agentes patogénicos;

x) Pelo pagamento de coimas, multas ou outras penalidades imputadas ao segurado por responsabilidade criminal;

y) Por alteração do meio ambiente, em particular os causados directa ou indirectamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou da atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos a acção de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente eléctrica ou substâncias nocivas, bem como os decorrentes de alterações do nível freático, quer no local dos trabalhos, quer nas áreas adjacentes ou contíguas.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 029 *Cobertura de Acidentes Pessoais*

Cláusula 1.^a *Definições*

* * *

CLÁUSULA PRELIMINAR

a) *Pessoa segura*, o condutor do veículo seguro a favor de quem devem ser prestadas as garantias subscritas, de acordo com as Condições Especiais e Particulares, designado pelo tomador do seguro à LUSITANIA;

b) *Veículo seguro*, velocípede (conforme definido no Código da Estrada) e identificado nas Condições Particulares;

c) *Acidente*, acontecimento devido a causa súbita, externa e imprevisível, alheia à vontade do tomador do seguro, da pessoa segura e do beneficiário, que produza lesões corporais, invalidez temporária ou permanente ou morte, clínica e objetivamente constatadas.

Cláusula 2.^a *Objeto do contrato*

1- As coberturas constantes desta Condição Especial somente são aplicáveis desde que expressamente indicadas nas Condições Particulares e de acordo com os capitais, as percentagens, os limites máximos e as franquias aí estabelecidos.

Este contrato garante as seguintes coberturas relativamente a acidentes pessoais sofridos pela pessoa segura em caso de sinistro emergente da condução do veículo seguro:

a) Morte ou Invalidez Permanente;

b) Despesas de Tratamento;

c) Despesas de Funeral.

2- As coberturas referidas no número anterior apenas podem ser contratadas para pessoas com idade até 65 anos.

3- A cobertura referida na alínea a) do n.º 1 não abrange pessoas com idade inferior a 14 anos.

4- A cobertura referida na alínea b) do n.º 1 apenas poderá ser contratada conjuntamente com a cobertura de Morte ou Invalidez Permanente.

5- As garantias proporcionadas por esta condição especial cessam automaticamente no termo da anuidade em que a pessoa segura completar 70 anos de idade.

Cláusula 3.^a *Âmbito das coberturas*

1- MORTE

1.1- No caso de este contrato garantir o risco de Morte da pessoa segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de 2 anos a contar da data do acidente garantido pela Apólice, o LUSITANIA pagará o capital para o efeito fixado nas Condições Particulares aos beneficiários para o efeito expressamente designados.

1.2- Na falta de designação dos beneficiário (s), o capital seguro será atribuído segundo as regras e pela ordem estabelecida para a sucessão legítima, alíneas a) a d) do n.º 1 do Art.º 2133º do Código Civil.

1.3 - Incumbe ao tomador do seguro e/ou aos beneficiários a participação de sinistro à LUSITANIA, bem como todos os elementos considerados necessários à organização do processo e ao comprovativo da sua qualidade de beneficiários.

1.4 - O risco de Morte e o de Invalidez Permanente não são cumuláveis, pelo que, se a pessoa segura falecer em consequência de acidente no decurso de dois anos a contar da data do acidente, à indemnização por Morte será deduzido o valor da indemnização por Invalidez Permanente que eventualmente lhe tenha sido atribuída ou paga relativamente ao mesmo acidente.

2 - INVALIDEZ PERMANENTE

2.1 - No caso de este contrato garantir o risco de Invalidez Permanente da pessoa segura, clinicamente constatada e sobrevinda no decurso de 2 anos a contar da data do acidente garantido pela Apólice, a LUSITANIA pagará à pessoa segura a respetiva indemnização, salvo indicação expressa em contrário e constante das Condições Particulares.

2.2 - A indemnização devida por Invalidez Permanente será calculada com base na Tabela Nacional de Incapacidades (T.N.I.), sem ter em conta a profissão exercida pela pessoa segura.

2.3 - As lesões não enumeradas na tabela de desvalorização mesmo de importância menor, são indemnizadas em proporção da sua gravidade, comparada com a dos casos enumerados, sem ter em conta a profissão exercida.

2.4 - Se a pessoa segura for canhota, as percentagens de invalidez para o membro superior direito aplicam-se ao membro superior esquerdo e reciprocamente.

2.5 - Em qualquer membro ou órgão, os defeitos físicos de que a pessoa segura já era portadora serão tomados em consideração ao fixar-se o grau de desvalorização proveniente do acidente, que corresponderá à diferença entre a invalidez já existente e aquela que passou a existir.

2.6 - A incapacidade funcional parcial ou total de um membro ou órgão é assimilada à correspondente perda total ou parcial.

2.7 - Em relação a um membro ou órgão as desvalorizações acumuladas não podem exceder aquela que corresponderia a perda total desse membro ou órgão.

2.8 - Sempre que de um acidente resultem lesões em mais de um órgão, a indemnização total obtém-se somando o valor das indemnizações relativas a cada uma das lesões, sem que o total possa exceder o capital seguro.

2.9 - Quando a lesão consecutiva ao acidente for agravada por lesão ou doença anteriores, a responsabilidade do LUSITANIA não pode exceder a que teria se o acidente tivesse ocorrido a uma pessoa saudável e normal.

3 - DESPESAS DE TRATAMENTO

3.1 - No caso de o contrato garantir a cobertura de Despesas de Tratamento, a LUSITANIA procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito fixada nas Condições Particulares, das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas.

3.2 - Não ficam garantidas as despesas resultantes de estadia em estabelecimentos termais e, de uma maneira geral, as que se refiram a curas de mudanças de ares ou de repouso.

3.3 - Quando a pessoa segura beneficie de qualquer reembolso, concedido pela Segurança Social, por qualquer associação de que seja sócio, ou qualquer outra entidade, a importância a que terá direito, ao abrigo desta apólice, será apenas a importância das despesas efetivamente efetuadas que exceda esse reembolso.

3.4 - O reembolso será feito, contra entrega de documentação comprovativa - originais, a quem demonstrar ter pago as despesas.

3.5 - Em cada sinistro ficará sempre a cargo da pessoa segura o valor da franquia estipulada nas Condições Particulares para esta cobertura.

4- DESPESAS DE FUNERAL

4.1 - No caso de o contrato garantir a cobertura de Despesas de Funeral da pessoa segura, a LUSITANIA procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito declarada nas referidas Condições Particulares.

4.2 - O reembolso será feito a quem provar ter pago as despesas de funeral.

Cláusula 4.^a **Exclusões**

1 - Salvo convenção em contrário, as coberturas e garantias contratadas ficam sujeitas às exclusões estabelecidas nas Condições Gerais.

2 - Ficam ainda excluídos desta Condição Especial:

a) Acidentes resultantes de atos intencionais da pessoa segura, bem como o suicídio;

b) Hérnias de qualquer natureza, lumbagos, roturas ou distensões musculares;

c) Substituição ou reparação de próteses e/ou ortóteses;

d) Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desporto profissional, ou ainda, para amadores, as provas desportivas integradas em campeonatos e respetivos treinos ou outras com carácter de alto risco;

e) Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;

f) Utilização do veículo seguro em e durante atividades profissionais;

g) Quaisquer outras doenças, quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco e indiscutível, que são consequência direta do acidente;

h) Prática de ciclismo de alto risco, nomeadamente, “downhill”.

Cláusula 5.^a

Obrigações do tomador do seguro, da pessoa segura e do beneficiário

Verificando-se qualquer evento que acione as garantias deste contrato, o tomador do seguro e a pessoa segura, sob pena de responderem por perdas e danos, obrigam-se a participar o acidente à LUSITANIA, por escrito e nos 8 dias imediatos à sua ocorrência.

Cláusula 6.^a

Condições aplicáveis

Aplicam-se a este contrato todas as disposições das Condições Gerais não alteradas pelas Condições Particulares ou por esta Condição Especial.



SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CONDIÇÃO ESPECIAL 030

Assistência em Viagem

(Tem aplicação nesta apólice quando mencionada nas Condições Particulares)

Cláusula 1.^a *Definições*

* **

CLÁUSULA PRELIMINAR

a) *Pessoa segura*, o condutor do veículo seguro a favor de quem devem ser prestadas as garantias subscritas, de acordo com as Condições Especiais e Particulares, designado pelo tomador do seguro à LUSITANIA;

b) *Veículo seguro*, velocípede (conforme definido no Código da Estrada) e identificado nas condições particulares;

c) *Acidente*, o sinistro devido a causa externa, fortuita, imprevista e independente da vontade da pessoa segura, que nela produza lesões físicas, incapacidade temporária ou permanente ou ainda a morte, clínica e objetivamente constatáveis;

d) *Limites de Capital*, valores máximos e mínimos, definidos nas Condições Particulares e/ou nas Condições Especiais ou em Tabela de Capitais anexa, aplicáveis aos sinistros cobertos pela Apólice;

e) *Serviço de Assistência*, a entidade que organiza e presta, por conta da LUSITANIA e a favor da pessoa segura, as prestações pecuniárias ou de serviços previstas na apólice.

Cláusula 2.^a

Âmbito da cobertura

Pela presente Condição Especial, quando contratada e expressamente indicada nas Condições Particulares, o serviço de assistência garante, em caso de sinistro suscetível de fazer funcionar as garantias da mesma, as prestações pecuniárias ou de serviços nos termos e limites desta Condição Especial.

Cláusula 3.^a

Âmbito territorial

As garantias do presente contrato são válidas em Espanha (exceto Ilhas) e Portugal, salvo se, por conflitos internos, situações de guerra ou outros motivos de força maior não imputáveis ao Serviço de Assistência, se torne neles impossível garantir uma prestação de serviços segura e eficaz.

Cláusula 4.^a

Garantias

Em todas as garantias que envolvam uma prestação médica, a equipa médica do Serviço de Assistência final relativamente aos procedimentos a sistência terá sempre um papel de coordenação e adotar na sequência de um sinistro.

Em caso de acidente ocorrido durante o período de validade da apólice de Acidentes Pessoais, e até aos limites fixados, por sinistro, o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

A) GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS SINISTRO OCORRIDO EM PORTUGAL

GARANTIAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR

1. ADMISSÃO (CHECK-IN)

Em caso de acidente que implique o internamento da pessoa segura em hospital ou clínica, o Serviço de Assistência, por solicitação da pessoa segura ou do respetivo médico assistente, assegurará os procedimentos necessários à admissão numa unidade hospitalar designada por aquele serviço em Portugal ou Espanha, que reúna as condições adequadas, quer em meios técnicos de diagnóstico, quer de tratamento médico.

2. TRANSPORTE DA PESSOA SEGURA

No caso da pessoa segura ser sujeita a internamento hospitalar e necessitar de transporte para a unidade onde irá ser internada, o Serviço de Assistência, organizará e suportará o custo do transporte desde o local da residência ou do local onde se encontre, até ao respetivo hospital ou clínica em Portugal ou em Espanha.

Nos termos do parágrafo anterior, o transporte para uma unidade hospitalar fora de Portugal só é garantido desde que não exista a nível nacional, qualquer unidade semelhante onde o tratamento possa ser desenvolvido ou, existindo, não haja possibilidade de internamento em tempo útil em função do estado clínico da pessoa segura.

Na sequência de internamento, e após alta médica hospitalar, se a pessoa segura necessitar de transporte para a sua residência, o Serviço de Assistência, organizará e suportará o custo deste transporte, desde o respetivo hospital ou clínica até ao local da sua residência.

O transporte referido anteriormente é realizado pelo meio mais aconselhável à gravidade do caso, segundo o parecer do departamento médico do Serviço de Assistência e do médico assistente da pessoa segura.

3. ACOMPANHAMENTO DA PESSOA SEGURA PELO MÉDICO ASSISTENTE

Em caso de internamento, e sendo necessário o acompanhamento da pessoa segura pelo seu médico assistente, o Serviço de Assistência, organizará e suportará as respetivas despesas de transporte, ida e volta, e de estadia em hotel.

Em Portugal Continental, só é contudo garantido este acompanhamento da pessoa segura desde que o local de internamento se situe a mais de 50 kms da residência da pessoa segura ou a mais de 5 kms nos Açores e Madeira.

4. ACOMPANHAMENTO DA PESSOA SEGURA POR UM FAMILIAR OU OUTRO ACOMPANHANTE

No caso de internamento hospitalar da pessoa segura, o Serviço de Assistência, organizará e suportará as despesas de transporte, ida e volta, e de estadia em hotel, de um familiar ou uma outra pessoa designada pela pessoa segura para a acompanhar.

Em Portugal Continental, só é contudo garantido este acompanhamento da pessoa segura desde que o local de internamento se situe a mais de 50 kms da residência da pessoa segura ou a mais de 5 kms nos Açores e Madeira.

5. FALECIMENTO DA PESSOA SEGURA INTERNADA

Se durante o internamento hospitalar a pessoa segura falecer, o Serviço de Assistência garantirá, para além dos procedimentos necessários à saída do corpo do local de internamento, o pagamento das despesas relacionadas com as formalidades legais e o transporte do corpo, desde o local do falecimento até ao local de enterro em Portugal.

6. ALTA (CHECK-OUT)

No seguimento de alta médica ocorrida após internamento hospitalar, o Serviço de Assistência encarregar-se-á de todos os procedimentos neces-

sários junto do hospital ou clínica para a saída da pessoa segura.

7. ALTA SOB VIGILÂNCIA MÉDICA

No seguimento de alta médica ocorrida após internamento hospitalar e se o estado de saúde da pessoa segura não permitir o seu regresso ao domicílio, o Serviço de Assistência garantirá as despesas efetivamente realizadas com alojamento em hotel, desde que não inicialmente previstas, durante o período de convalescença e até aos limites fixados.

Quando o seu estado de saúde o permitir, o Serviço de Assistência encarrega-se do regresso da pessoa segura, ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA

1. CONVALESCENÇA DOMICILIÁRIA

Após alta médica ocorrida em consequência do internamento hospitalar, o Serviço de Assistência garantirá o acompanhamento diário da pessoa segura convalescente, caso esta necessite de assistência paramédica domiciliária.

2. CLÍNICA DOMICILIÁRIA

Em caso de acidente, o Serviço de Assistência, por solicitação da pessoa segura, assegurará o envio ao seu domicílio, de profissionais médicos (clínica geral), de profissionais de enfermagem ou outros paramédicos para consulta, tratamento ou evacuação, não suportando porém os custos com estes serviços.

3. CLÍNICA EXTERNA

O Serviço de Assistência, a título informativo e por solicitação da pessoa segura, fornecerá indicação de clínicas médicas, médicos individuais,

centros de reabilitação, de raio-X, análises e outros meios de diagnóstico, localizados em Portugal ou em Espanha.

4. LOCALIZAÇÃO E ENVIO DE MEDICAMENTOS DE URGÊNCIA

O Serviço de Assistência encarrega-se do envio de medicamentos indispensáveis prescritos por médico, de uso habitual da pessoa segura, sempre que não seja possível obtê-los localmente ou não sejam substituíveis por similares ou sucedâneos.

Ficará a cargo da pessoa segura o custo dos medicamentos e a totalidade dos custos de expedição.

5. INFORMAÇÕES SOBRE ITINERÁRIOS

O Serviço de Assistência prestará informação sobre o caminho a percorrer até um determinado destino e eventuais alternativas.

6. INFORMAÇÕES SOBRE HOSPITAIS, CLÍNICAS, CENTROS DE SAÚDE OU DE PRIMEIROS SOCORROS E MÉDICOS

O Serviço de Assistência prestará informações à pessoa segura sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos, de natureza pública ou privada, particularmente equi- ou lesões específicas.

7. INFORMAÇÕES CULTURAIS

O Serviço de Assistência prestará informações sobre museus, espetáculos e exposições abertas ao público, assim como quaisquer outras manifestações culturais de maior interesse em Portugal.

8. PAGAMENTO DE DESPESAS DE COMUNICAÇÃO

O Serviço de Assistência garante a transmissão de mensagens urgentes nacionais ou internacionais para familiares, desde que relacionadas com um sinistro coberto pelas presentes garantias.



Suporta ainda, mediante comprovativo, os custos de comunicações com os seus serviços, desde que estas sejam efetuadas pela pessoa segura.

B) GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS SINISTRO OCORRIDO EM ESPANHA

1. PAGAMENTO DE DESPESAS MÉDICAS, CIRÚRGICAS, FARMACÊUTICAS E DE HOSPITALIZAÇÃO

Se a pessoa segura necessitar de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica ou hospitalar, o Serviço de Assistência garante até aos limites fixados:

- a) As despesas e honorários médicos e cirúrgicos;
- b) Os gastos farmacêuticos prescritos por médico;
- c) Os gastos de hospitalização.

Em caso de hospitalização, a pessoa segura deve providenciar o aviso ao Serviço de Assistência no próprio dia, ou o mais tardar nas 48 horas seguintes, salvo demonstrada impossibilidade física.

A partir do momento em que o repatriamento da pessoa segura seja clinicamente possível e aconselhável, o Serviço de Assistência deixa de garantir os gastos de hospitalização.

O Serviço de Assistência suporta uma intervenção cirúrgica apenas nos casos em que não se possa aguardar pelo regresso da pessoa segura a Portugal, dado o caráter urgente e inadiável daquela intervenção.

2. ACOMPANHAMENTO DA PESSOA SEGURA HOSPITALIZADA

Se durante o decorrer da viagem se verificar a hospitalização súbita e imprevisível da pessoa segura, e se o seu estado não aconselhar o repatriamento ou regresso imediato, o Serviço de Assistência garante as despesas de alojamento em hotel, não inicialmente previstas, de um familiar ou pessoa por ela designada, que se encontre já no local, para a acompanhar.

O Serviço de Assistência encarrega-se ainda do regresso deste acompanhante ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

3. TRANSPORTE DE IDA E VOLTA PARA FAMILIAR E RESPECTIVA ESTADIA

Se a pessoa segura viajar sem acompanhante, e o período de hospitalização se preveja de duração superior a 5 dias, o Serviço de Assistência garante os custos de transporte de ida e volta para um familiar, com partida de Portugal, de modo a que possa ficar junto dela. Neste caso, o Serviço de Assistência garante ainda as suas despesas de alojamento.

4. PROLONGAMENTO DE ESTADIA EM HOTEL

Se o estado de saúde da pessoa segura não justificar hospitalização ou transporte sanitário, e se o seu regresso não se puder efetuar na data inicialmente prevista, o Serviço de Assistência garante as despesas efetivamente realizadas com alojamento em hotel, desde que não inicialmente previstas, para esta e para uma pessoa que a fique a acompanhar.

Quando o seu estado de saúde o permitir, o Serviço de Assistência encarrega-se do regresso da pessoa segura, bem como do seu eventual acompanhante, ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

5. REPATRIAMENTO OU TRANSPORTE SANITÁRIO DE FERIDOS E VIGILÂNCIA MÉDICA

- a) Quando a situação clínica o justifique, o Serviço de Assistência garante, até aos limites fixados:
- i. As despesas de transporte em ambulância, ou outro meio considerado adequado, desde o local da ocorrência até à clínica ou hospital mais próximo;
 - ii. As despesas de transporte numa eventual transferência da pessoa segura para outro centro hospitalar mais apropriado ou até ao seu domicílio em Portugal;
- b) O Serviço de Assistência garante ainda a vigilância por parte da sua equipa médica, em colaboração com o médico assistente da pessoa segura, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e do meio mais apropriado para eventual transferência;
- c) Qualquer transporte ou repatriamento sanitário, e eventual acompanhamento médico, deve respeitar as normas sanitárias em vigor e apenas efetuar-se com o prévio acordo entre o médico assistente da pessoa segura e a equipa médica do Serviço de Assistência. A declaração do médico assistente não é garantia bastante;
- d) As despesas de transporte serão suportadas pelo Serviço de Assistência apenas nos casos em que o meio de transporte inicialmente previsto não puder ser utilizado ou não seja clinicamente aconselhável a sua utilização;
- e) O meio de transporte a utilizar será definido pela equipa médica do Serviço de Assistência;
- f) Sendo identificada uma doença infetocontagiosa que envolva perigo para a saúde pública, o transporte e/ou repatriamento previsto nesta garantia deverá ficar condicionado às regras, procedimentos e orientações técnicas emanados pela Organização Mundial de Saúde, podendo, no limite, não ser autorizado esse transporte e/ou repatriamento.

6. TRANSPORTE OU REPATRIAMENTO APÓS MORTE DE PESSOA SEGURA

Em caso de falecimento da pessoa segura, por acidente, o Serviço de Assistência garante as despesas com as formalidades a efetuar no local, incluindo as do transporte ou repatriamento do corpo até ao local de enterro em Portugal.

Se, por motivos administrativos, for necessária localmente a inumação provisória ou definitiva, o Serviço de Assistência suporta as despesas de transporte de um familiar, se este não se encontrar já no local, para se deslocar desde o seu domicílio em Portugal até ao local da inumação, bem como as despesas do seu alojamento.

7. TRANSPORTE OU REPATRIAMENTO DAS RESTANTES PESSOAS SEGURAS

Tendo havido repatriamento ou transporte de uma ou mais pessoas seguras por motivo de falecimento, regresso antecipado nos termos deste contrato, acidente, e se por este facto não for possível o regresso das restantes pelos meios inicialmente previstos, o Serviço de Assistência garante o transporte das mesmas até ao seu domicílio em Portugal.

8. REGRESSO ANTECIPADO DA PESSOA SEGURA

Se, no decurso de uma viagem, falecer em Portugal o cônjuge, ou pessoa com quem coabite em termos de permanência, um seu ascendente ou descendente até ao 1º grau, adotados, irmãos, sogros ou cunhados da pessoa segura, e no caso do meio utilizado para a sua viagem ou bilhete adquirido não lhe permitir a antecipação do regresso, o Serviço de Assistência suporta as despesas com o transporte de regresso, desde o local de estadia até ao domicílio ou até ao local de inumação em Portugal.



Esta garantia está prevista ainda no caso de um daqueles membros da família da pessoa segura sofrer de acidente ou doença súbita e imprevisível em Portugal, cuja gravidade, a confirmar pelo médico do Serviço de Assistência depois de contacto com o médico assistente, exija a sua presença urgente e imperiosa.

9. INFORMAÇÕES SOBRE ITINERÁRIOS

O Serviço de Assistência prestará informação sobre o caminho a percorrer até um determinado determinado destino e eventuais alternativas.

10. INFORMAÇÕES CULTURAIS

O serviço de Assistência prestará informações sobre museus, espetáculos e exposições abertas ao público, assim como quaisquer outras manifestações culturais de maior interesse em Espanha.

11. INFORMAÇÕES SOBRE FARMÁCIAS DE SERVIÇO

O Serviço de Assistência prestará informações à pessoa segura sobre as farmácias que se encontram de serviço.

12. INFORMAÇÕES SOBRE HOSPITAIS, CLÍNICAS, CENTROS DE SAÚDE OU DE PRIMEIROS SOCORROS E MÉDICOS

O Serviço de Assistência prestará informações à pessoa segura sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos, de natureza pública ou privada, particularmente equipados ou indicados para o tratamento de doenças ou lesões específicas.

13. PAGAMENTO DE DESPESAS DE COMUNICAÇÃO

O Serviço de Assistência garante a transmissão de mensagens urgentes nacionais ou internacionais para familiares, desde que relacionadas com um sinistro coberto pelas presentes garantias.

Suporta ainda, mediante comprovativo, os custos de comunicações com os seus serviços, desde que estas sejam efetuadas pela pessoa segura.

Cláusula 5.^a Exclusões

Para além das exclusões descritas nas Condições Gerais, ficam igualmente excluídos encargos ou prestações relacionados com:

- a) Sinistros que tenham ocorrido anteriormente ao início da subscrição da apólice, ainda que as suas consequências se tenham prolongado para além dessa data;
- b) Sinistros ocorridos fora da data de validade do contrato;
- c) Sinistros, e suas consequências, causados por ações criminais, dolo, suicídio consumado ou lesão contra si próprio, por parte das pessoas seguras;
- d) Sinistros decorrentes de atos ou omissões que importem a violação de condições de segurança legalmente previstas;
- d) Sinistros decorrentes de atos ou omissões que importem a violação de condições de segurança legalmente previstas;
- e) Os sinistros derivados de distúrbios laborais, e demais perturbações da ordem pública;
- f) Sinistros e danos não comprovados pela LUSITANIA;
- g) Acontecimentos em que o Serviço de Assistência não tenha sido chamado a intervir na altura em que ocorreram, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;

h) Atrasos ou negligência imputáveis à pessoa segura no recurso à assistência médica;

i) Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desporto profissional, ou ainda, para amadores, as provas desportivas integradas em campeonatos e respetivos treinos ou outras com carácter de alto risco;

j) Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;

k) Utilização do veículo seguro em e durante atividades profissionais;

l) Doenças de qualquer natureza, exceto quando se prove, por diagnóstico médico inequívoco e indiscutível, que são consequência direta do acidente;

m) Alojamento inicialmente previsto e alimentação;

n) Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização em Portugal;

o) Intervenções cirúrgicas não urgentes;

p) Recusa ou incumprimento dos tratamentos prescritos;

q) Medicina preventiva, vacinas ou similares;

r) Medicina alternativa ou curas tradicionais;

s) Fisioterapia não urgente, curas termais, de repouso, tratamentos estéticos e check-ups;

t) Lesões resultantes de intervenções cirúrgicas ou outros atos médicos não motivados por sinistro garantido pelo contrato;

u) Assistência médica do foro da estomatologia, salvo tratamento provisório de traumatologia oral;

v) Assistência médica ligada à gravidez e ao parto;

w) Urna, funeral e cerimónia fúnebre;

x) Próteses, bengalas, muletas (canadianas) e qualquer outro tipo de material ortopédico, óculos, lentes de contacto, implantes e similares;

y) Doença crónica ou pré-existente, distúrbio psiquiátrico e recaídas de doenças anteriormente diagnosticadas;

z) Lesões já existentes à data do início do contrato;

aa) Prática de ciclismo de alto risco, nomeadamente, “downhill”.

§ ÚNICO – Nas GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS EM ESPANHA ficam ainda excluídas operações de salvamento.

Cláusula 6.^a

Cessação das garantias

As garantias previstas nesta condição especial cessam automaticamente nos casos em que:

a) Quando ocorra a extinção da apólice do seguro de responsabilidade civil;

b) A pessoa segura deixe de ter residência habitual ou fiscal fixada em Portugal;

c) No termo da anuidade em que a pessoa segura complete 70 anos de idade.

Cláusula 7.^a

Obrigações do tomador do seguro e pessoas seguras

Em caso de sinistro é condição indispensável para usufruir das garantias deste contrato, que a pessoa segura e/ou o tomador do seguro:

a) Contactem imediatamente o Serviço de Assistência, caracterizando a ocorrência e fornecendo



todas as informações necessárias para a execução da garantia em causa;

b) Sigam as instruções do Serviço de Assistência e tomem as medidas necessárias e possíveis para impedir o agravamento das consequências do sinistro;

c) Em caso de assistência, obtenham o acordo do Serviço de Assistência antes de assumir qualquer decisão ou despesa;

d) Satisfaçam, em qualquer altura, os pedidos de informação e documentação formulados pelo Serviço de Assistência, diretamente respeitantes remetendo-lhe prontamente todos os elementos necessários ao andamento do processo;

e) Recolham e facultem ao Serviço de Assistência os elementos relevantes para a efetivação da responsabilidade de terceiros, quando for o caso.

Cláusula 8.^a ***Reembolsos***

Sem prejuízo da obrigação da LUSITANIA e do Serviço de Assistência cumprirem todas as prestações e pagamentos a que estão vinculados no âmbito do presente contrato, até aos limites contratados, a pessoa segura e/ou o tomador do seguro, comprometem-se a promover todas as diligências necessárias à obtenção de reembolsos relacionados com o sinistro devidos por outras entidades, designadamente participações da Segurança Social e entidades análogas, e a devolvê-las ao Serviço de Assistência.

As pessoas seguras que tiverem utilizado prestações de transportes previstas no presente contrato ficam ainda obrigadas a promover as diligências necessárias à recuperação de bilhetes de transporte não utilizados, entregando ao Serviço de Assistência as importâncias recuperadas.

Cláusula 9.^a ***Sub-rogação***

Após o pagamento ou prestação dos serviços, a LUSITANIA fica sub-rogado nos correspondentes direitos da pessoa segura, contra quaisquer terceiros responsáveis que não sejam também pessoas seguras ao abrigo do mesmo contrato.

Cláusula 10.^a ***Disposições diversas***

a) Não ficam garantidas por este seguro as prestações que não tenham sido previamente solicitadas ao Serviço de Assistência, ou tenham sido executadas sem o seu acordo prévio, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;

b) Se não for possível ao Serviço de Assistência organizar as prestações devidas no âmbito territorial definido, o mesmo reembolsará a pessoa segura das despesas que tenha efetuado, dentro dos limites definidos por este seguro e das garantias que forem aplicáveis;

c) O processamento de qualquer reembolso obrigará a pessoa segura a apresentar a respetiva documentação original comprovativa das despesas efetuadas.

Cláusula 11.^a ***Disposições aplicáveis***

Aplicam-se as disposições das Condições Gerais em tudo o que não for contrariado por esta Condição Especial.

TABELA DE CAPITAIS

Garantias de Assistência a Pessoas (Sinistro Ocorrido em Portugal)

GARANTIAS DE INTERNAMENTO HOSPITALAR	LIMITE MÁXIMO
1. Admissão (<i>Check-in</i>)	Ilimitado
2. Transporte da pessoa segura	Ilimitado
3. Acompanhamento da pessoa segura pelo Médico Assistente	
-Transporte:	Ilimitado
-Estadia em Portugal:	€ 80 / dia (máximo: € 400)
-Estadia em Espanha:	€ 160 / dia (máximo: € 800)
4. Acompanhamento da pessoa segura por um familiar ou outro acompanhante	
-Transporte:	Ilimitado
-Estadia em Portugal:	€ 50 / dia (máximo: € 750)
-Estadia em Espanha:	€ 75 / dia (máximo: € 1.250)
5. Falecimento da pessoa segura internada	
-Transporte:	Ilimitado
6. Alta (<i>Check-out</i>)	Ilimitado
7. Alta sob Vigilância Médica	
-Estadia em Portugal:	€ 50 / dia (máximo: € 500)
-Estadia em Espanha:	€ 75 / dia (máximo: € 750)
GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIÁRIA	
1. Convalescença domiciliária	
-Assistência paramédica	€ 90 / dia (máximo: € 900)
2. Clínica domiciliária	Ilimitado
3. Clínica externa	Ilimitado
4. Localização e envio de medicamentos de urgência	Ilimitado
5. Informações sobre itinerários	Ilimitado
6. Informações sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos	Ilimitado
7. Informações culturais	Ilimitado
8. Pagamento de despesas de comunicação	Ilimitado
GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS EM ESPANHA	
1. Pagamento de despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização	
Valor máximo de indemnização por pessoa segura / Viagem:	€ 4.000
2. Acompanhamento da pessoa segura hospitalizada	
-Estadia:	€ 50 / dia (máximo: € 600)

3. Transporte de ida e volta para familiar e respetiva estadia	
- Transporte:	Ilimitado
- Estadia:	€ 50 / dia (máximo: € 600)
4. Prolongamento de estadia em hotel	
- Transporte:	Ilimitado
- Estadia:	€ 50 / dia (máximo: € 600)
5. Repatriamento ou transporte sanitário de feridos e vigilância médica	Ilimitado
6. Transporte ou repatriamento após morte de pessoa segura	
- Transporte:	Ilimitado
- Despesas de estadia de um familiar:	Estadia: € 50 / dia (máximo: € 600)
7. Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras	Ilimitado
8. Regresso antecipado da pessoa segura	Ilimitado
9. Informação sobre itinerários	Ilimitado
10. Informação Culturais	Ilimitado
11. Informação sobre farmácias de Serviço	Ilimitado
12. Informação sobre hospitais, clínicas, centros de saúde ou de primeiros socorros e médicos	Ilimitado
13. Pagamento de despesas de comunicação	

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CLÁUSULA ESPECIAL 001

Máquinas em Laboração

CLÁUSULA PRELIMINAR

Esta Cláusula Especial fica sujeita às Condições Gerais da apólice em título não alteradas pelo seguinte clausulado.

Cláusula 1ª

Definições

a) *Segurado*, a pessoa singular ou colectiva, tal como definida na cláusula 1ª das Condições Gerais da Apólice.

b) *Máquinas*, máquinas identificadas nas Condições Particulares

Cláusula 2ª

Objecto e âmbito do contrato

De acordo com a cláusula 3ª das Condições Gerais da Apólice, o segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais acidentalmente causados a terceiros pelas máquina identificadas nas Condições Particulares, danos esses ocorridos exclusivamente durante a laboração das mesmas e desde que se encontrem sob a direcção e controlo do segurado ou dos seus empregados.

No âmbito desta cobertura, considera-se que uma máquina se encontra em laboração quando estiver a ser utilizada exclusivamente nas tarefas para as quais foi projectada e construída e, subsequentemente, utilizada pelo segurado conforme declarações constantes das Condições Particulares.

Cláusula 3ª *Exclusões específicas*

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam, em caso algum, garantidos por esta Condição Especial:

a) Danos causados pelas máquinas quando estas se encontrarem em circulação, isto é, durante a sua deslocação quer pelos seus próprios meios, quer durante o seu transporte, carregamento, transbordo e descarga;

b) Danos resultantes da falta de cumprimento, por parte do segurado ou por pessoa cuja responsabilidade esteja garantida por esta Apólice, de disposições legais, regulamentos, normas técnicas e de segurança, previstos para a execução dos trabalhos;

c) Danos causados a obras, instalações e bens objecto da laboração de máquinas;

d) Danos causados à carga transportada, suspensa ou manipulada pelas máquinas;

e) Danos causados pelas máquinas aos veículos que as transportarem;

f) Danos causados a vias de comunicação, pontes, viadutos, terrenos, estruturas e edifícios, em consequência de excesso de peso e de alturas das máquinas, ou por vibrações produzidas pelas mesmas ou ainda, pela remoção e enfraquecimento dos respectivos apoios;

g) Danos causados a cabos eléctricos e telefónicos, colectores, condutas e depósitos de água, gás ou de outras substâncias, desde que subterrâneos, a menos que o segurado apresente provas concludentes de se ter previamente certificado da respectiva

localização e, através de pedido formulado por escrito às entidades competentes, ter obtido documentos que permitam uma localização exacta dos referidos cabos, condutas, depósitos e colectores existentes na área onde os trabalhos iam decorrer;

h) Danos resultantes de desnivelamento ou afundamento de terrenos;

i) Danos resultantes da utilização das máquinas em circunstâncias que não estejam em conformidade com as suas características e instruções recomendadas pelos fabricantes;

j) Danos decorrentes de falta de manutenção, de assistência e de defeito de projecto, de materiais, de fabrico e de montagem das máquinas;

k) Danos decorrentes da cedência de máquinas pelo segurado a terceiros por arrendamento, empréstimo, a título gratuito ou oneroso, em regime de “*leasing*”, ou qualquer outra forma;

l) Danos decorrentes de trabalhos que, pela sua natureza e forma de execução, tenham como consequência inevitável a ocorrência de um sinistro;

m) Danos sobrevindos após terem terminado os trabalhos executados pelas máquinas;

n) Danos decorrentes de deficiente sinalização, demarcação e protecção dos locais onde as máquinas operam.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA

Abate, Arranque e Corte de Árvores

Para os devidos efeitos se declara que, sempre que o abate, arranque e corte de árvores tenha lugar a uma distância de qualquer estrada ou via pública não superior à altura máxima das referidas árvores, o segurado se obriga a tomar as seguintes medidas:

a) Colocação de cartazes nas imediações do local de abate com os seguintes dizeres:

PERIGO – Trabalhos de abate de árvores em curso;

b) Durante as operações de abate, pelo menos uma pessoa será colocada nas imediações, para alertar e parar o tráfego de peões e veículos.

Exclusões Específicas:

Para além das exclusões previstas nas condições gerais, a garantia desta cláusula também não abrange os danos decorrentes de incêndio resultante do derrube de linhas de transporte de electricidade.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA

*Actividades de Instalação,
Reparação e Manutenção*

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas Condições Gerais, esta apólice não garante também a responsabilidade por danos resultantes de:

a) Danos causados aos bens objecto dos trabalhos, aos próprios equipamentos que estejam a ser instalados ou que façam parte desses bens, bem como aos produtos neles contidos ou depositados;

b) Responsabilidade civil profissional de técnicos superiores, isto é, engenheiros, engenheiros técnicos ou outros diplomados e especialistas devidamente credenciados na direcção e condução dos trabalhos descritos nestas condições particulares;

c) Defeito ou vício próprio inerente às peças, acessórios e materiais aplicados pelo segurado, bem como os danos causados aos mesmos;

d) Danos resultantes do incumprimento das instruções prescritas pelo fabricante, distribuidor e seus representantes, relativamente a montagem, desmontagem e utilização dos componentes intermédios;

e) Custos despendidos para dissimular ou remediar vícios de concepção ou fabricação dos produtos e materiais instalados, bem como os resultantes da averiguação de tais vícios;

f) Custos directa ou indirectamente relacionados com a retirada, inspecção,

reparação, substituição e não utilização dos produtos e materiais instalados pelo segurado;

g) Interrupções ou deficiência no fornecimento de gás, electricidade e de outra qualquer forma de energia;

h) Mau funcionamento dos equipamentos e instalações sem ocorrência de lesões materiais subsequentes;

i) Danos ocorridos após entrega dos trabalhos;

j) Danos resultantes da utilização de pistola para realização de trabalhos de pintura;

k) Danos causados a trabalhos e bens de empreiteiros e/ou sub-empreiteiros que se encontrem a trabalhar no mesmo local, para o mesmo dono de obra;

l) Danos resultantes de trabalhos ligados a construção, reparação, ampliação de aeroportos, pontes, túneis, metropolitano, portos, marinas, barragens e estradas.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA *Cabeleireiros e Salões de Beleza*

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas condições gerais e/ou especiais desta Apólice, não fica garantido, em caso algum, o pagamento de indemnizações decorrentes de:

a) Lesões corporais e materiais causadas por produtos cosméticos:

- (i) Cuja aplicação ou venda não estejam autorizadas pelas autoridades competentes;
- (ii) Que tenham sido retirados da circulação, ou
- (iii) Que estejam, ainda, em fase experimental;

b) Defeito ou inadequação de produtos cuja causa esteja localizada no âmbito da responsabilidade do fabricante ou do distribuidor;

c) Tratamentos, aplicação ou prescrição de produtos pelo facto destes não terem alcançado a finalidade pretendida ou esperada;

d) Tratamentos, aplicação ou prescrição de produtos que o segurado efectuou excedendo o âmbito das suas qualificações e competência profissionais, ou que, devendo ser realizados debaixo de supervisão médica, não o foram;

e) Tratamentos com raios lazer;

f) Tratamentos especializados para a higiene e cuidado do aspecto exterior (depilação, celulite, massagens corporais, banhos de

algas, banhos de luz, capilares, lâmpadas, solários e afins);

g) Tratamentos do foro médico e de recuperação.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA *Responsabilidade Civil Cruzada*

Pela presente cláusula ficam abrangidas no âmbito desta apólice – tal como tivesse sido emitida em separado, uma apólice para cada uma delas – as pessoas singulares ou colectivas expressamente mencionadas nas Condições Particulares na qualidade de segurado, que estejam directamente relacionadas com os trabalhos também mencionados nas Condições Particulares, tal como se tivesse sido emitida, em separado, uma apólice para cada uma delas.

Nos mesmos termos, também são considerados terceiros, todas as pessoas, singulares ou colectivas, expressa ou tacitamente indicadas na qualidade de segurado desde que, em consequência de um sinistro coberto por esta apólice, sofram uma lesão que origine danos susceptíveis de serem reparados ou indemnizados nos termos da Lei Civil e desta apólice.

Além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais da Apólice, e das que porventura constem das Condições Particulares, não ficam em caso algum garantidos por esta cláusula:

- a) Danos causados a maquinaria e/ou equipamentos auxiliares dos trabalhos;
- b) Lesões corporais sofridas pelos trabalhadores e que possam ser caracterizados como acidentes de trabalho;

- c) Danos causados às próprias obras e/ou trabalhos a cargo do tomador de seguro/segurados.

A responsabilidade do segurador não pode exceder, no total, o valor seguro fixado nas Condições Particulares como limite máximo de indemnização, e esta só será devida quando não existam outras apólices garantindo os danos reclamados.

Esta cobertura não se aplica quando as pessoas, singulares ou colectivas mencionadas separadamente nas Condições Particulares na qualidade de tomadores do seguro/segurados, façam parte do mesmo grupo de empresas ou sejam empresas subsidiárias.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA *Empresas de Limpeza*

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas condições gerais e/ou especiais desta apólice, não fica garantido, em caso algum, o pagamento de indemnizações decorrentes de:

- a) Danos causados a maquinaria ou utensílios alugados pelo segurado para o exercício da sua actividade;
- b) Danos resultantes da utilização pelo segurado de substâncias ou materiais não aconselhados ou proibidos pelos fabricantes ou pelas autoridades competentes relativamente à natureza dos trabalhos efectuados;
- c) Limpeza de aeronaves, equipamento ferroviário, navios e plataformas marítimas “offshore”;
- d) Recolha, armazenamento, vazamento e eliminação de produtos tóxicos ou poluentes;
- e) Fumigação aérea;
- f) Danos que tenham a sua origem em erro cometido na utilização, condução e circulação do equipamento móvel de limpeza.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA

Empresas de Trabalho Temporário

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas condições gerais e/ou especiais desta apólice, não fica garantido, em caso algum, o pagamento de indemnizações decorrentes de:

- a) Danos causados a documentos, arquivos e programas informáticos;
- b) Lesões materiais e corporais causadas a terceiros por actividades diferentes dos trabalhos mencionados na actividade constante das condições particulares;
- c) Danos causados por actividades que requeiram conhecimentos de grau superior ou médio;
- d) Danos causados por serviços de vigilância;
- e) Lesões corporais e materiais sofridos pelos trabalhadores cedidos durante a realização de um trabalho ou serviço sob a direcção e controlo da empresa contratante;
- f) Actos dolosos cometidos pelos trabalhadores cedidos, durante a prestação dos serviços solicitados;
- g) Lesões corporais e materiais causados aos empregados bem como aos trabalhadores cedidos em consequência de acidente de trabalho;
- h) Danos causados a bens confiados aos trabalhadores cedidos.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA *Espectáculos*

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas condições gerais e/ou especiais desta apólice, não fica garantido, em caso algum, o pagamento de indemnizações decorrentes de:

- a) Responsabilidade civil pessoal dos actores, artistas e executantes, e de outros intervenientes adstritos à organização do evento abrangido por esta cobertura;
- b) Responsabilidade civil imputável a propriedade, arrendamento e usufruto de imóveis;
- c) Responsabilidade pela conservação e manutenção de elevadores, monta-cargas e escadas rolantes;
- d) Danos resultantes da construção, montagem e utilização de bancadas, tribunas, estrados e “passerelles”;
- e) Lesões corporais que os actores, artistas, executantes e outros intervenientes adstritos à organização do evento abrangido por esta cobertura possam causar entre si, bem como as lesões materiais causadas a objectos, equipamento e veículos por eles utilizados ou

de sua propriedade, qualquer que seja a causa que as originou;

f) Danos directos ou indirectamente resultantes do adiamento ou da não realização do evento abrangido por esta cobertura, ou, ainda, da alteração do local previsto para a sua realização;

g) Danos resultantes da ausência ou deficiência dos sistemas de sinalização e iluminação de emergência e do equipamento de detecção e extinção de incêndios;

h) Danos resultantes do lançamento ou queima de fogo-de-artifício;

i) Danos atribuíveis à intervenção de membros das forças de segurança no exercício das suas funções;

j) Danos causados a veículos estacionados nos parques circunvizinhos das instalações onde se realiza o evento abrangido por esta cobertura.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA

Estabelecimentos de Ensino

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas condições gerais e/ou especiais desta apólice, não fica garantido, em caso algum, o pagamento de indemnizações decorrentes de:

- a) Responsabilidade civil pessoal imputável a alunos e respectivos pais, encarregados de educação e seus representantes legais;
- b) Responsabilidade civil pessoal imputável a professores, monitores e pessoal auxiliar por actos ou factos praticados fora da actividade que, ao abrigo desta cobertura, desempenham ao serviço do segurado;
- c) Lesões corporais e materiais que os alunos possam causar entre si;
- d) Prática de desportos que não estejam previstos nos programas de actividades do estabelecimento de ensino, ou que, constando de tais programas, se revistam de perigosidade especial, ou sejam enquadráveis na categoria de desportos radicais;
- e) Actividades ligadas a trabalhos de investigação, pesquisa e peritagem.

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL/EXPLORAÇÃO

CLÁUSULA
Indústria Hoteleira
(Hotéis e Similares, Restaurantes, Bares,
Residenciais e Cafetarias)

Exclusões específicas:

Além das exclusões mencionadas nas condições gerais e/ou especiais desta apólice, não fica garantido, em caso algum, o pagamento de indemnizações decorrentes de:

- a) Responsabilidade civil imputável a propriedade, arrendamento e usufruto de imóveis;
- b) Responsabilidade pela conservação e manutenção de elevadores, monta-cargas e escadas rolantes;
- c) Lesões corporais e materiais causadas a terceiros em consequência de serviços de aluguer de automóveis e embarcações, bem como o transporte dos clientes por qualquer meio de locomoção;
- d) Danos sofridos pelos veículos dos clientes, seus proprietários ou usufrutuários;
- e) Danos causados a vestuário entregue aos serviços de lavandaria;
- f) Danos causados a bens dos clientes entregues à guarda e custódia do segurado;
- g) Danos atribuíveis à intervenção de membros das forças de segurança no exercício das suas funções.